

DIVISÕES REGIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO*

Zilá Mesquita**

1 -- Introdução

O tema que é objeto de análise neste artigo, embora seja reconhecidamente um dos que mais tem recebido atenção, ao longo do tempo, na literatura geográfica — região, regionalização, divisão regional —, não parece encontrar-se na pauta dos assuntos mais palpitantes atualmente na agenda dos geógrafos. As razões para tal parecem relacionar-se a problemas metodológicos (Duarte, 1980). Há, inclusive, toda uma discussão teórica sobre totalidade e espaço que questiona a existência da região enquanto parte de um espaço nacional e subnacional. Porém essa não será aqui afluída por resultar em uma via paralela em relação aos fins para os quais se volta a este trabalho — de dimensões e pretensões bem mais restritas e modestas. Não se nega, entretanto, a grande importância dessa discussão teórica.¹

Profissionais de outras áreas que não a geografia — como historiadores, sociólogos, economistas e outros pesquisadores — manifestam, por vezes, sua perplexidade face a um número diversificado de divisões regionais, relutantes sobre como avaliá-las para decidir qual utilizar em suas pesquisas. Nesses casos, a divisão regional é percebida apenas como um simples meio de segmentar um território de modo que satisfaça aos propósitos da pesquisa em tela. De uma certa forma, este trabalho dirige-se a esses pesquisadores, com o intuito de auxiliá-los a esclarecer a questão com que se deparam: a das várias divisões regionais.

Entretanto é interessante que se esclareça de imediato o que o trabalho não pretende ser, a fim de não despertar expectativas que não serão atendidas. O tra-

* Agradeço às seguintes pessoas pelas críticas e sugestões a este trabalho, ainda que estejam isentas de responsabilidades pelas eventuais incorreções que o mesmo possa ainda apresentar: Aluizio Capdeville Duarte, Geógrafo do IBGE; José Antônio Alonso e Pedro S. Bandeira, Economistas da FEE; Rogério H. Costa, Geógrafo do Curso de Mestrado em Geografia da UFRJ. O estagiário Luis Alberto Basso, estudante de Geografia da UFRGS, colaborou no levantamento bibliográfico e organização dos mapas constantes neste artigo.

** Geógrafa da FEE.

¹ O leitor interessado no tema poderá procurar, entre outros: Oliveira (1981); Santos (1980); Villeneuve (1981); e, para uma revisão bibliográfica, o trabalho de Lerina (1982).

balho não visa a desvendar a existência ou não de uma verdadeira identidade regional,² nem se propõe a discutir questões de método ou epistemológicas³, tais como, se a região “tem existência concreta ou é uma mera idealização da mente”⁴ ou, ainda, sobre as várias abordagens desse tema.

Embora no quarto tópico se apresente e descreva uma divisão regional para servir aos propósitos específicos de uma pesquisa desenvolvida na Fundação de Economia e Estatística, é preciso frisar que a mesma não se constitui em mais uma ou em uma nova proposta de divisão regional, uniforme, homogênea e útil a qualquer finalidade. Nem mesmo pretende — já que se vincula a uma pesquisa sobre distribuição sub-regional da renda no Rio Grande do Sul — apontar a distribuição territorial da renda no Estado.

Neste artigo, o objetivo, bem mais modesto, é o de apresentar ordenadamente as várias divisões regionais elaboradas para o Rio Grande do Sul, precedidas pela distinção entre divisão regional e regionalização e por uma breve menção às concepções básicas que presidem as divisões regionais. Finalmente, procuro-se tecer algumas considerações que sustentaram os principais aspectos do artigo.

2 — Concepções básicas nas divisões regionais

Geralmente, para o senso comum e mesmo em trabalhos técnicos de alguns anos atrás, observa-se o emprego indistinto dos termos regionalização e divisão regional como se ambos fossem sinônimos. Trata-se de uma questão metodológica, mas que necessita ser reconhecida. Como se vê, é impossível abstrair totalmente as questões metodológicas. Mesmo porque, em determinados momentos de crise epistemológica, os conceitos precisam ser retomados e trazidos à baila novamente, pois é só os rediscutindo que se possibilita o surgimento de enunciados mais claros. É com o intuito de alertar o leitor que se apresentam algumas idéias lançadas por Duarte (1980) em torno dos conceitos de região, regionalização e divisão regional. Contudo, por considerá-las bastante significativas e merecedoras de maior desenvolvimento futuro, sugere-se ao leitor interessado no tema um estudo reflexivo sobre o trabalho desse autor.

Há duas acepções virtualmente diversas para o termo regionalização. A primeira emergiu no Brasil, nos anos 60, para servir a propósitos de planejamento regional. Regionalização era tomada como sinônimo de divisão regional, ou seja, subdividir um espaço maior em espaços menores, com forte motivação, por parte de seus elaboradores, na aplicação e testagem de técnicas quantitativas. Essa década,

² Uma verdadeira identidade regional é aqui entendida como a expressão de uma sociedade que efetivamente dirige e organiza o seu espaço vital de ação.

³ Para este fim ver Duarte (1980) e Grigg (1974).

⁴ Aspectos discutidos por Grigg (1974).

assim como o primeiro lustro dos anos 70, foi prolífera em trabalhos desse teor realizados tanto para o País como um todo como para vários estados. Todos eles se orientaram ou pelo princípio da homogeneidade ou pelo da polarização ou pelo da Teoria do Lugar Central. Entretanto Duarte (1980) afirma que regionalização não implica dividir um espaço maior em subespaços ou regiões: este é um objetivo das **divisões regionais**. Estas constituem, portanto, a nosso ver, classificações do espaço de um dado território que foi seccionado segundo critérios arbitrariamente escolhidos para determinados fins, sejam eles quais forem. Neste artigo, todos os trabalhos mencionados que consistem em dividir um espaço maior em subespaços, mesmo que levem o título de regionalização, serão considerados como divisões regionais e não como regionalizações. Naturalmente não se quer com isso tirá-lhes o mérito. Porém, como se verá a seguir, reservar-se-á o termo regionalização para a segunda acepção. Trata-se, pois, apenas, de preservar o seu significado para este uso mais recente.

A segunda acepção do termo, segundo Duarte (1980), refere-se à identificação de regiões em que se processam certas formas de reprodução do capital, caracterizando o modo de produção, nos seus diferentes estágios, em uma formação social (Duarte, 1980, p.22). E o que são regiões para Duarte? Em um espaço total de uma determinada sociedade, podem existir espaços que constituem regiões e outros que não. Assim sendo, essas são percebidas como espaços nos quais há uma sociedade que realmente dirige e organiza aquele espaço, que atua sobre ele ainda que tal atuação esteja associada a interesses de outros espaços ou de certos grupos sociais ou mesmo de capital externo. Se não houver uma sociedade atuante nesses espaços (as regiões), eles acabam sendo apropriados por classes sociais exógenas. Constituem então espaços econômicos, podendo ser semelhantes no que tange às características das relações de produção neles existentes, mas, segundo esse autor, não constituem regiões.

Por conseguinte, a nosso ver, regionalização é um processo que vai atuando na realidade, independente do ato de dividir espaços segundo o princípio da homogeneidade ou da polarização. Trata-se de um processo e, como tal, está sempre acontecendo ao nível da realidade. Mais que um método de identificar regiões tal como as acima conceituadas, “a regionalização identifica-se com o processo de formação de regiões” (Duarte, 1980, p.17). Nós diríamos: identifica-se com o processo de formação e **transformação** de regiões, incluindo, neste último termo, a sua dissolução e até o seu resurgimento.

Por se concordar com Duarte quanto à distinção por ele proposta entre regionalização e divisão regional, segue-se que o que se abordará no próximo tópico serão várias divisões regionais do Rio Grande do Sul e não regionalizações do mesmo. Cabe também ressaltar que nenhuma das divisões regionais que serão descritas teve em mente tais definições e conceito de região, uma vez que lhes antecedem.

As concepções básicas que nortearam e norteiam a elaboração de divisões regionais têm sido: a **homogeneidade** ou **uniformidade** baseada em um ou vários fatores, sejam estes de natureza física, demográfica ou econômica e que resultam nas chamadas regiões homogêneas; a **polarização**, a **nodalidade** e a **centralidade**, apoia-

das na vida de relação intra e inter-regional e que redundam nas também denominadas, respectivamente, regiões polarizadas, regiões nodais e lugares centrais. Muito foi escrito a esse respeito, havendo uma vasta literatura à disposição dos interessados, tanto no que respeita a aspectos conceituais quanto empíricos. Por essa razão e também por fugir aos propósitos deste trabalho, essas concepções são aqui apenas mencionadas como lembrança, de modo a alertar ao leitor que a maioria das divisões regionais do Rio Grande do Sul a seguir descritas prendem-se à concepção de homogeneidade ou uniformidade. Esse é o motivo pelo qual se destacarão mais aqueles trabalhos erigidos sobre a uniformidade ou homogeneidade que os sobre a polarização, sobre cujo critério — diga-se de passagem — muito se tem escrito.⁵

3 — As divisões regionais no Rio Grande do Sul

Tentando obedecer à ordem cronológica da evolução dos fatos e, na medida do possível, a de surgimento, embora não necessariamente rígida, buscou-se categorizar as divisões regionais elaboradas para o Estado, donde resultaram cinco categorias principais: divisões regionais apoiadas no conceito de região natural; divisões regionais vinculadas à ocupação do território; divisões regionais elaboradas para fins estatísticos; divisões regionais para fins administrativos; divisões regionais para investigações específicas.

Entretanto julgou-se conveniente, antes de examiná-las, mencionar uma questão que tem interferido em todas, dado o caráter instável que confere à divisão administrativa do território estadual. Trata-se dos desmembramentos que sofrem os municípios em razão de perdas de parte de suas áreas para formar novos municípios. Estas emancipações acarretam fatalmente modificações nos limites municipais e, por conseqüência, alterações na divisão regional, seja ela qual for. Esta é uma razão bem objetiva para explicar porque nenhuma divisão regional tem conseguido manter-se estável e permanente ao longo do tempo.

Além disso, há que se lembrar o que já foi antes discutido. Se é aceita a premissa de que as regiões sejam vistas como expressão de um processo em que a realidade se transforma continuamente, mesmo que a divisão municipal se mantivesse a mesma, o espaço interno de cada unidade estaria alterando-se, independente das fronteiras, por não serem sempre os limites formais as evidências desta transformação.

⁵ Para uma revisão adequada a respeito de polarização, ver Tolosa (1972) e outros trabalhos, entre os quais os incluídos em Faissol (1975). Sobre regiões polarizadas no Estado, ver, entre outros, o trabalho de Neves & Abrantes (1967).

3.1 – O problema dos desmembramentos dos municípios

Acompanhando a evolução político-administrativa do território estadual ao longo de sua história, é possível verificar o processo de fragmentação ocorrido desde o assentamento dos jesuítas (1626), passando pela instalação de vilas no Rio Grande (1751), até a criação dos quatro primeiros municípios (1805) que abrangiam todo o território do Estado à época.

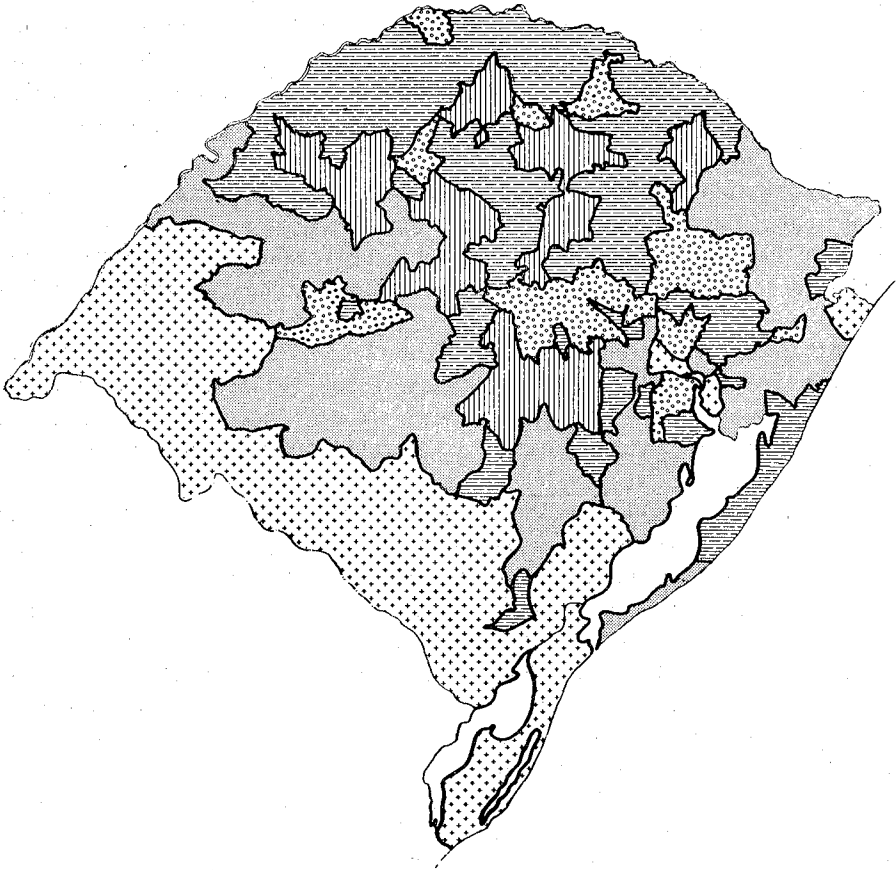
A fragmentação assim iniciada continuou de forma intermitente, mais acelerada em alguns períodos, de modo a redundar nos atuais 244 municípios, por força de múltiplos desmembramentos – mais acentuados sempre nas áreas de colonização dedicadas à policultura do que nas áreas de pecuária, sobretudo a Campanha.

Entre outros, os trabalhos de Willadino (1959), Fortes e Wagner (1963), Felizardo (1969), La Sálvia e Marodin (1976), Hessel (1976), Alonso, Valente, Bandeira e Mesquita (1984) oferecem uma visão das partições sofridas pelo território, fruto das ambições emancipacionistas das comunidades interioranas pretendentes a municípios.

Willadino (1959) busca fornecer um sucinto panorama histórico, periodizando a fragmentação segundo os sucessivos eventos mais significativos da história rio-grandense. Fortes e Wagner (1963) realizam um levantamento particularizado das leis de criação de cada município. Felizardo (1969) oferece uma visão cartográfica desses desmembramentos e uma resumida descrição histórico-administrativa de cada município criado até a data da publicação. La Sálvia e Marodin (1976) buscam associar um fator natural (vegetação) às atividades econômicas predominantes e à periodização da criação de municípios, bem como ao seu número e área, classificando o desmembramento municipal em moderado, acentuado e acelerado. Desse conjunto de critérios resultaram três grandes regiões que, por sua vez, podem ser desdobradas em cinco segundo os períodos de criação dos municípios. No Mapa 1, transcrito deste último trabalho, é possível visualizar o acima exposto.

Hessel (1976), como os primeiros acima citados, não apresenta uma divisão regional específica. Entretanto, ao estudar a criação de municípios no Rio Grande do Sul sob o prisma da administração pública, classifica-os em municípios de 1ª geração (até 1945); de 2ª geração (entre 1950 e 1960); e de 3ª geração (entre 1961 e 1966); e alerta para o fato de que a divisão municipal no Estado, iniciada há 150 anos com a criação de quatro municípios, perfazia à época (1976) 232 municípios, em sua maioria surgidos há menos de 20 anos (Hessel, 1976, p. 137).⁶

⁶ Em 1966, interrompeu-se essa proliferação com o cumprimento das duas leis básicas sobre a criação de municípios: a Lei Estadual nº 2.116, de 24.09.53, e a Lei Estadual nº 4.054, de 29.12.60. Ambas sofreram alterações em alguns de seus dispositivos durante sua vigência através de várias outras leis.



DESMEMBRAMENTO MUNICIPAL	REGIÃO	ATIVIDADE ECONÔMICA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	ZONA	Nº DE MUNICÍPIOS
	1	PECUÁRIA	MUNICÍPIOS CRIADOS DE 1908 A 1894 CONSERVANDO SUA ÁREA INALTERADA ATÉ 1895	CAMPO	19
	1	PECUÁRIA	MUNICÍPIOS CRIADOS DE 1809 A 1944	CAMPO	27
	2	PECUÁRIA E AGRICULTURA	MUNICÍPIOS CRIADOS DE 1809 A 1931	CAMPO E MATA	11
	3	AGRICULTURA	MUNICÍPIOS CRIADOS DE 1846 A 1944 (SEDES DE ANTIGAS COLÔNIAS)	MATA	35
	3	AGRICULTURA	MUNICÍPIOS CRIADOS DE 1904 A 1955	MATA	140

Adaptado de: *Revista Geográfica* de 1955, Ano 21, nº 12, jan.-dez. de 1976. In: "Evolução Municipal: uma análise geográfica". Flávia La Sálvia e Elisabeth F. Marodin.

FONTE: Adaptado de:

LA SÁLVIA, Flávia & MARODIN, Elisabeth F. (1976). Evolução municipal: uma análise geográfica. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, CEMAPA, 21(19):3-16, jan./dez. de 1976.

O autor, nesse trabalho, busca levantar um conjunto de hipóteses sobre as causas dessa prolífera divisão político-administrativa do território, destacando destas as seguintes: a não-identidade, no Brasil, entre governo local e governo municipal, ensejando diferenças de tratamento entre os diversos núcleos urbanos dos municípios; a dualidade na formação étnica da população gaúcha, dividida entre luso-brasileiros e imigrantes, cuja assimilação social se processa muito lentamente; e, por último, a evasão da renda que aparece a nível municipal, beneficiando as sedes em detrimento de outros núcleos populacionais do município.

3.2 – Divisões regionais apoiadas no conceito de região natural

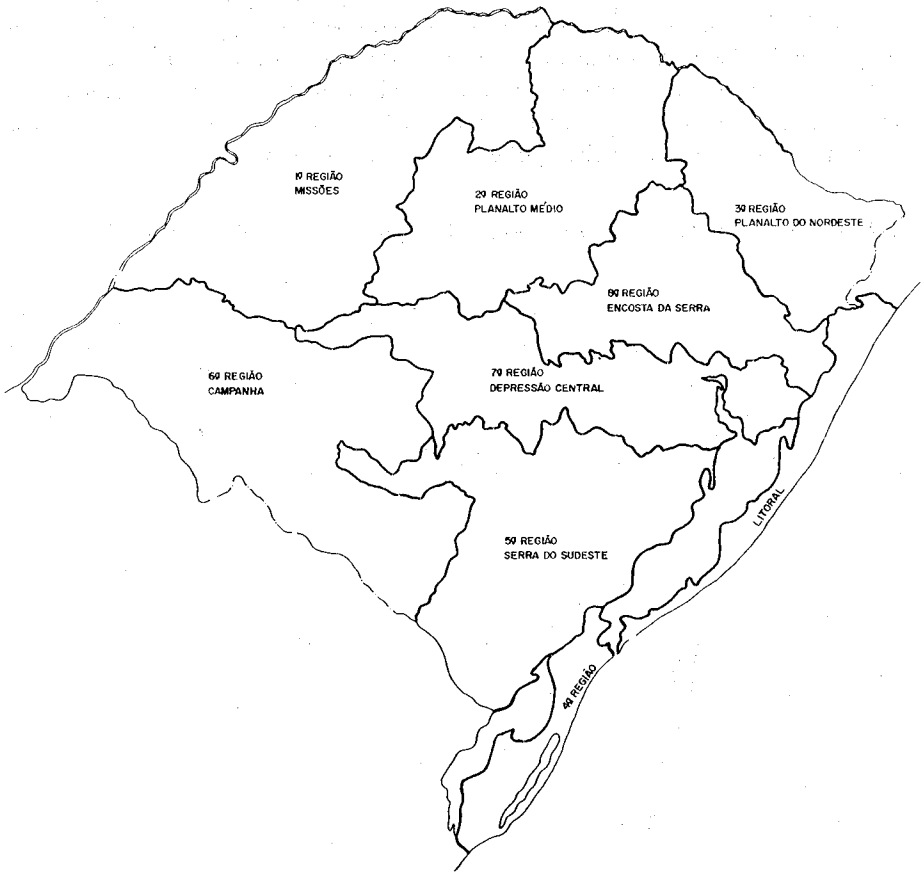
As unidades territoriais, habitualmente baseadas nas divisões político-administrativas, são determinadas de maneira um tanto arbitrária, além de sua instabilidade ocasionada pelos desmembramentos de áreas e emancipações, seccionando com muita frequência unidades territoriais geograficamente homogêneas. Dessa constatação, comenta Guimarães (1963), adveio o desejo de basear os estudos de geografia regional em áreas que fossem independentes do critério político-administrativo e determinadas, por assim dizer, pela própria natureza. Tais unidades, ainda segundo Guimarães (1963), chamadas **regiões naturais**, deveriam distinguir-se nitidamente umas das outras e serem dotadas de certa homogeneidade geral quanto aos seus aspectos.

O termo natural, que inicialmente significava o oposto de artificial, arbitrário (no caso, as unidades político-administrativas), passou a ser sinônimo de “não humano”, e é nesta acepção que são consideradas as regiões naturais, definidas apenas por suas características físicas, distintas das regiões humanas ou culturais.

No Brasil, Delgado de Carvalho (1925) dedica um capítulo de sua obra, **Metodologia do ensino geográfico**, à região natural. Mais tarde, o IBGE realizou uma divisão sistemática que classifica o País em grandes regiões, regiões, sub-regiões e zonas (Guimarães, 1941).

No Rio Grande do Sul, parece ter sido o Professor Coussirat de Araújo (1930) o primeiro a propor uma divisão regional do Estado seguindo critérios fisiográficos ou de região natural. Dividiu o Estado em oito regiões, de acordo com as variações dos principais elementos meteorológicos ocasionados pelos fatores físicos controladores do clima – altitude e vizinhança do oceano. No seu entender, são estes os que mais decisiva importância têm na distribuição dos elementos meteorológicos do Rio Grande do Sul e que possibilitaram dividi-lo nas seguintes regiões: Campanha; Serra do Sudeste; Litoral; Depressão Central, Vale do Uruguai (baixo); Missões; Planalto e Serra do Nordeste. O próprio autor apresenta algumas ressalvas, sugerindo que pelo menos duas delas deveriam ser subdivididas: o Vale do Uruguai e o Litoral. Entretanto a falta de postos meteorológicos ao longo dessas regiões impediam observações que delimitassem com maior detalhamento e precisão. Verifica-se pelos próprios nomes das regiões que, além dos aspectos climáticos, estavam implícitos nessa divisão aspectos geológicos, geomorfológicos, de vegetação, etc. As oito regiões fisiográficas ou naturais posteriormente estabelecidas para o Rio Grande do Sul, visualizáveis no Mapa 2, confundiam-se com as estabelecidas pelo Professor Coussirat Araújo (1930), conforme Borges Fortes (1959).

DIVISÃO FISIAGRÁFICA DO ESTADO
EM VIGOR ATÉ 1955



Nogueira (1948) divide o Estado em quatro regiões fisiográficas: Litoral, Escudo Rio-Grandense, Sedimentos Gonduânicos e Planalto; apresentando uma síntese sobre a estrutura do território gaúcho. Como se percebe, o critério para essa divisão regional é puramente litológico, desconsiderando, portanto, os demais aspectos físicos.

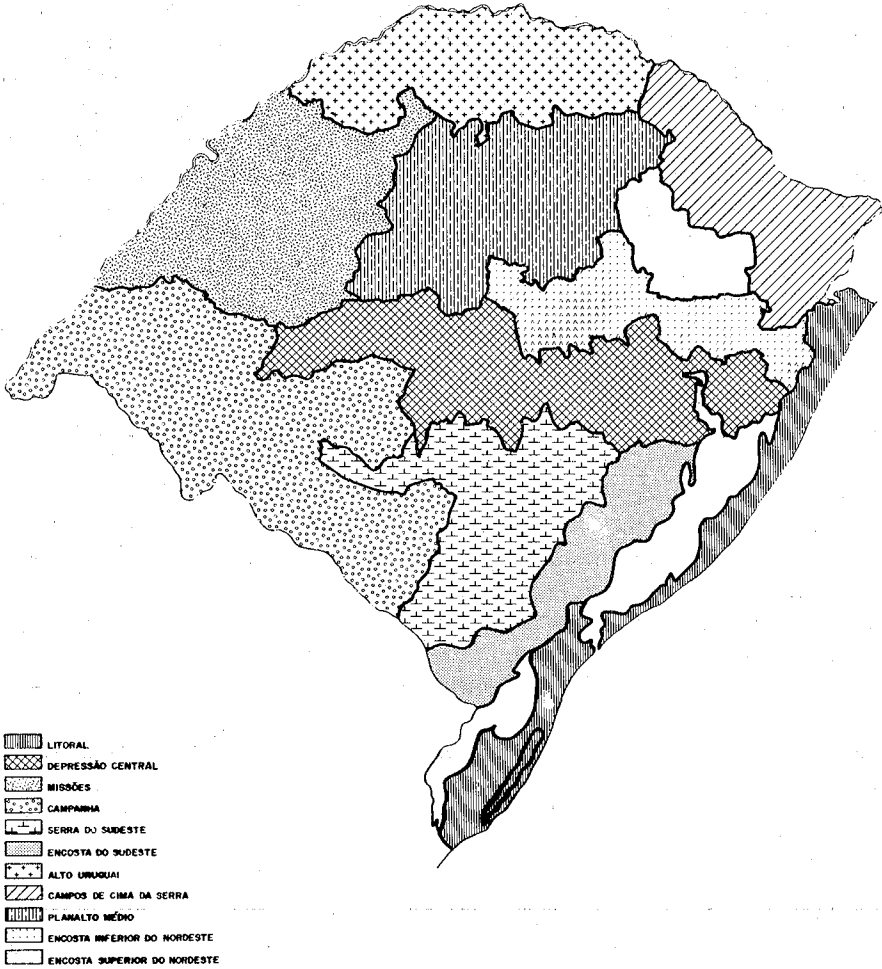
Fundando a divisão regional no critério morfológico, Rambo (1942)⁷ sugere a existência de cinco regiões: o Litoral, a Serra do Sudeste, a Campanha do Sudoeste, a Depressão Central e o Planalto. Em um levantamento exaustivo, oferece uma descrição regional em que constam desde informações gerais, passando pela formação e transformação geológica, vegetação, hidrografia, até o que ele denomina de significação antropogeográfica de cada região, incluindo a acessibilidade e os fatores econômicos e culturais. Trata-se, sem dúvida, de uma pesquisa minuciosa em que, apesar do grande peso atribuído aos fatores físicos, há uma preocupação em descrever aspectos humanos: tanto culturais quanto econômicos.

Segundo Borges Fortes (1959), Jaci Louzada Tupi Caldas, ainda em 1942, identifica cinco regiões naturais, fundamentando esta divisão na estrutura geológica, no relevo, no clima, na vegetação e na modalidade da vida humana. Borges Fortes (1959), entretanto, discorda da inclusão de aspectos humanos, julgando mais consentânea a divisão apoiada na do Professor Coussirat Araújo (1930).

A Divisão Regional do Conselho Nacional de Geografia chegou, em 1952, a propor nove regiões, sem entretanto alterar a divisão anterior, a não ser pela subdivisão de uma das regiões, a do Planalto do Nordeste, que passaria a constituir a Região Planalto do Nordeste e a região Campos de Cima da Serra. Entretanto, apesar de proposta, essa divisão não chegou a ser adotada oficialmente. Porém, em 1956, com base nos estudos do Serviço Estadual de Geografia, aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia, foi adotada uma divisão regional integrada por 11 zonas fisiográficas (Pacheco, 1956). As diferenças em relação à anterior não foram muitas. Basicamente, houve alterações de algumas denominações e subdivisão de duas de suas zonas: a do Planalto subdividiu-se em Planalto Médio e Campos de Cima da Serra; e a Encosta do Planalto originou a Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste. No Mapa 3, é possível visualizá-las. O espírito da época, quanto à já referida ênfase nas regiões naturais, fica bem expresso no seguinte trecho:

“Não foram levados neste estudo, absolutamente, em consideração dados de região econômica ou região humana, por se considerar, com Fábio de Macedo Soares Guimarães, Camille Vallaux, Vidal de La Blache e Lucien Gallois, serem a região natural e a região humana duas coisas muito diferentes: a primeira baseia-se na geografia física, e a segunda, na geografia humana. A região natural joga com dados estáveis, como sejam geológicos, de relevo, clima e vegetação, ao passo que a região humana o faz com a instabilidade notória da influência demográfico-econômica” (Pacheco, 1956, p. 8).

⁷ O trabalho de Rambo teve a sua 1ª edição publicada pela Imprensa Oficial em 1942. Entretanto, como esta obra não se encontra facilmente disponível, na bibliografia cita-se a 2ª edição impressa pela Livraria Selbach em 1956.



FONTE: PACHECO, Maria Fagundes de Souza Docca (1956). Divisão regional do Rio Grande do Sul. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CEMAPA, 1(4):7-17, maio/jun.

Borges Fortes (1959, p.134) também concorda com esse ponto de vista, declarando-se convencido de que, na fixação de uma região fisiográfica ou natural, o elemento humano, em seus aspectos econômico-demográficos, é antes efeito que causa, decorrência e não fundamento, adaptação e não imposição.

Efetivamente, o conceito de região natural estava profundamente impregnado não apenas nessa como em outras divisões regionais da época e não apenas em nosso País. Porém esse fato não impede que Pacheco (1956) reconheça a dificuldade da delimitação de uma região natural tomada como um conjunto de caracteres, visto sempre haver zonas de transição. Em que pesem às críticas feitas à instabilidade da influência demográfico-econômica, a autora aceita denominações para as regiões com forte apelo humano ou econômico, tais como Missões e Campanha.

Apesar disso, essa divisão regional só será substituída ao final da década de 60, com os novos rumos emergentes no conceito de região e, em parte também, com a adoção de técnicas quantitativas que possibilitam a manipulação de muitas variáveis diversificadas.

Entre esses dois períodos, surgem pelo menos dois importantes trabalhos sobre o Rio Grande do Sul, resgatando os aspectos humanos alicerçados no povoamento, mas também associados aos aspectos físicos. É o que será examinado a seguir.

3.3 – Divisões regionais vinculadas à ocupação do território

O primeiro destes trabalhos digno de um destaque especial e que chega a apresentar uma divisão regional, embora esta não seja a sua finalidade, é o de Nilo Bernardes (1963): **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Este já havia sido precedido, quase uma década antes, por outros trabalhos pioneiros no que tange à ocupação do território.⁸

Ainda que não ofereça uma divisão regional e nem seja este seu propósito, merece ser mencionada a obra de Valverde (1957) enfocando características gerais, tanto de ordem física quanto humana, e aspectos regionais de todo o Planalto Meridional do Brasil. Na abordagem dos aspectos humanos e econômicos, esse autor oferece o histórico do povoamento e sua relação com os sistemas agrícolas, enquanto que nos aspectos regionais, entre outros, descreve a região de colonização italiana e a região fumulcutora de Santa Cruz do Sul.

Como o de Valverde (1957), o trabalho de Bernardes (1963) procura aliar os aspectos físicos aos humanos. Oferece, inicialmente, um cotejo entre São Paulo e Rio Grande do Sul através dos dados do Censo Demográfico de 1950, onde o segundo, com área total ligeiramente superior, apresentou 4.164.821 habitantes, dos

⁸ Não se pretende aqui esgotar a bibliografia sobre povoamento, por não ser este um objetivo deste trabalho. O leitor interessado poderá buscar o trabalho anterior de Bernardes (1952) e o de Léo Waibel (1949) por exemplo.

quais 1.421.980 no meio urbano e suburbano e 2.742.841 no rural. Já São Paulo, só no meio rural, tinha 4.330.282. Dois fatos evidenciam-se no Rio Grande do Sul. Primeiro, as regiões mais povoadas, via de regra, distinguem-se das demais por não existirem gradações suaves de zonas de transição; segundo, a posição dos maiores núcleos urbanos em relação à população rural. Excluindo Porto Alegre com o aglomerado ao norte, diversas cidades com mais de 10.000 habitantes acham-se ilhadas em zonas de população rural escassa (menos de 5 hab./km²). Nas zonas mais densamente povoadas, as cidades são relativamente pequenas (menos de 5.000 hab.), e as vilas extremamente numerosas são muito próximas umas das outras.

Essas constatações conduziram-no a se interrogar sobre as razões que levaram o Rio Grande do Sul a apresentar uma densidade de população rural tão baixa e sobre as formas econômicas e padrões de densidades demográficas que teriam condicionado o povoamento para que este apresentasse no conjunto valores baixos, pois, uma vez feita a divisão regional por zonas, verificou que pouco mais da metade da população rural (57%) ocupava 1/4 do território (26%).

Partindo das divisões regionais de Nogueira e de Rambo, sugere a existência de seis grandes unidades morfológicas: o Litoral, as Serras de Sudeste, a Depressão Central, a Campanha, o Planalto e a Encosta. Examina-as uma a uma, concluindo que “... não são as margens dos grandes rios que exercem essa função aglutinadora da população. Nem mesmo são as condições de relevo de fraca amplitude, facilitando o trabalho e permitindo a circulação desimpedida. Pelo contrário, as densidades maiores assinalam-se em zonas de relevo aparentemente mais hostil. Também o clima não impôs seus padrões demográficos e econômicos correspondentes” (Bernardes, 1963 a, p.603).

Mais adiante, o autor aponta o que lhe parece explicar a distribuição populacional. “Acima de tudo, é a repartição de matas e campos que se reflete na distribuição da população e nas diversificações econômicas locais no Rio Grande do Sul. A ele é que se deve, sobretudo, os contrastes que temos assinalado” (Bernardes, 1963 a, p.607).

Examinando detidamente o gênero de vida, o habitat, os padrões de povoamento das áreas de mata e das áreas de campo, assim como a influência étnico-cultural de imigrantes e luso-brasileiros, Bernardes (1963) elabora um trabalho de peso, ao fim do qual assim apresenta a sua divisão regional:

“Sem deixar de reconhecer que a justaposição de dois tipos diversos de povoamento e de estrutura agrária condicionada pela distribuição do campo e da mata não é exclusiva do Rio Grande do Sul, podemos afirmar que, em nenhuma parte do Brasil, ela se apresenta tão nítida e as duas estruturas tão diferenciadas. Por esta razão, não é difícil estabelecer para o território rio-grandense uma divisão regional em que às zonas geográficas naturais correspondem geralmente características culturais homogêneas. Combinando a distribuição dos dois grandes tipos de vegetação — mata e campo — com as feições morfológicas principais, assinalamos a existência de 12 zonas naturais, as quais também se individualizam quanto ao tipo de aproveitamento da terra e de estrutura econômica.

“Só ao fazer essa distinção entre as zonas agrícolas de mata, densamente ocupadas, e as áreas de campo, esparsamente povoadas, é que se pode compreender a grande diferença demográfica entre o Rio Grande do Sul e o Estado de São Paulo no que diz respeito ao quadro rural” (Bernardes, 1963 b, p. 12).

E assim conclui seu trabalho:

“Ainda que se considere o fato de, em muitos lugares, os campos não serem apropriados ao cultivo, o que conduziu à permanência dessa separação tão rígida das duas formas econômicas não foi a imposição dos fatores naturais, mas sim a persistência da tradição cultural: um conformismo condicionado pelos ambientes geográficos diversos e não uma forma de determinismo” (Bernardes, 1963, p. 13).

Apesar de publicado em 1963, valendo-se dos dados censitários de 1950, esse trabalho não perdeu o interesse por representar uma contribuição séria no que respeita ao aspecto estrutural que parece ter-se conservado ao longo destes anos. Houve mudanças, é certo. A penetração cada vez maior das lavouras capitalistas, como, por exemplo, a soja, invadindo muitas vezes as áreas tradicionalmente reservadas à pecuária, e o forte surto de urbanização e industrialização da década de 70 são duas delas. Porém tais mudanças não chegam a invalidar essa análise assentada sobre a formação estrutural de base.

Não resta dúvida, também, que o trabalho representou uma inovação do ponto de vista metodológico ao descartar a dicotomia região natural totalmente dissociada de região cultural ou humana. Esse aspecto inovador é expresso tanto no esforço de estabelecer correlações entre os vários aspectos físicos e os humanos como no já mencionado abandono da separação entre região natural e região humana, ainda que a própria divisão regional sugerida esteja fortemente embasada naquela (Mapa 4).

O segundo trabalho digno de um destaque especial, a que se aludiu no início deste tópico, também alicerça sua análise nos fundamentos estruturais da formação da sociedade rio-grandense. Trata-se de **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**, obra clássica em dois volumes do Geógrafo Jean Roche (1969).

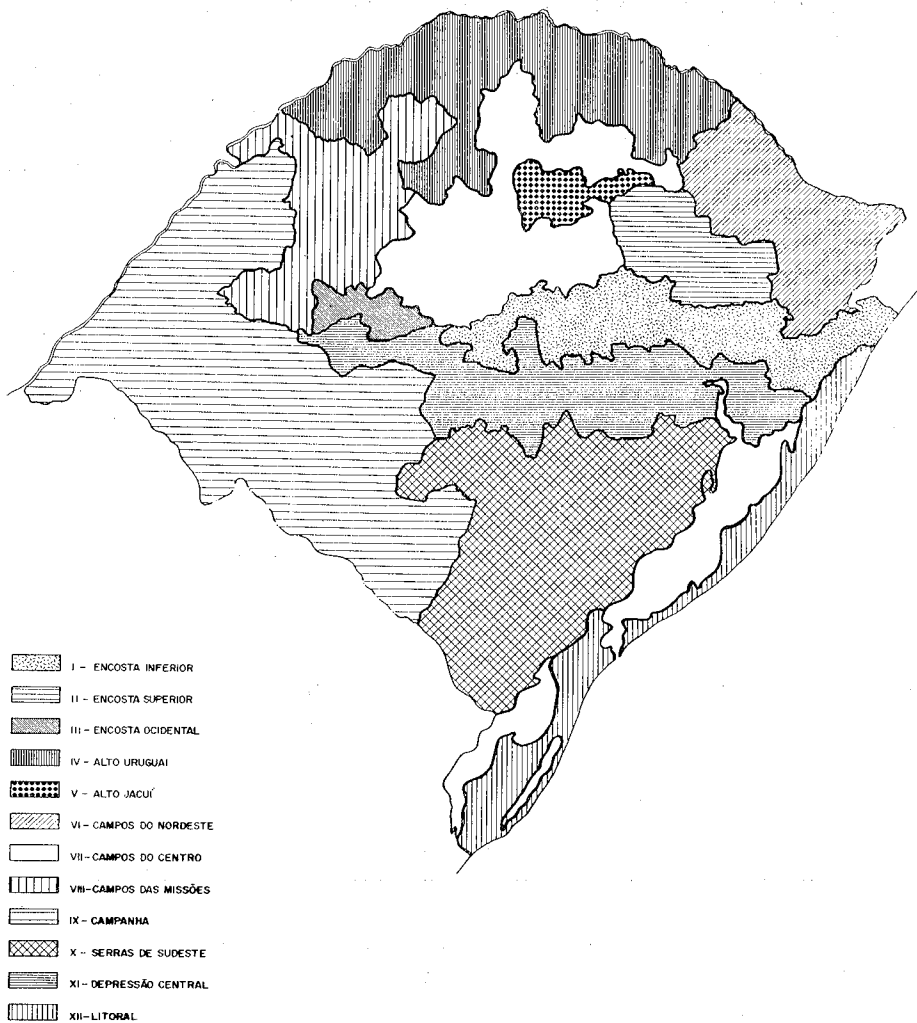
Ainda que se constitua em uma obra de vulto, merecedora de uma análise detalhada, esse propósito foge aos objetivos do presente artigo. Comenta-se, aqui, apenas o que interessa quanto a divisões regionais.

Nesse particular o autor, no Capítulo I — “O Rio Grande do Sul antes da Colonização Alemã” —, descreve como eram as regiões em 1822, ou seja, antes da vinda dos imigrantes. As quatro regiões de então eram: a Campanha, a Depressão Central, o Litoral e o Planalto Setentrional. Este último não contava com mais de 10.000 habitantes, dos quais 6.750 nas Missões e os restantes nos Campos de Cima da Serra.

Como Bernardes (1963), também Roche (1969) empresta significativa importância à vegetação como orientadora do povoamento. Referindo-se à floresta subtropical, densa e praticamente impenetrável ao homem, a não ser a facção, e situada nas ladeiras, afirma a preferência dos colonos por ela para se estabelecer, por ter fama de cobrir os solos mais ricos.

MAPA 4

ZONAS GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Analisando em seu conjunto as áreas de colonização, oferece uma rica e detalhada descrição das mesmas em todos os seus aspectos. Embora não se constitua propriamente em uma divisão regional e haja vista a dificuldade de delimitá-las precisamente, sua menção propiciaria uma visão abrangente das áreas de colonização que ele assim classificou:

1 — as “ilhas”, as mais antigas

- a área do Litoral
- a área de São Lourenço

2 — as áreas do pé da Serra

- as áreas do rio dos Sinos e do Caí
 - área da bacia do rio dos Sinos
 - área da bacia do rio Caí
- área do (rio) Taquari
- área de Santa Cruz

3 — as áreas do Planalto

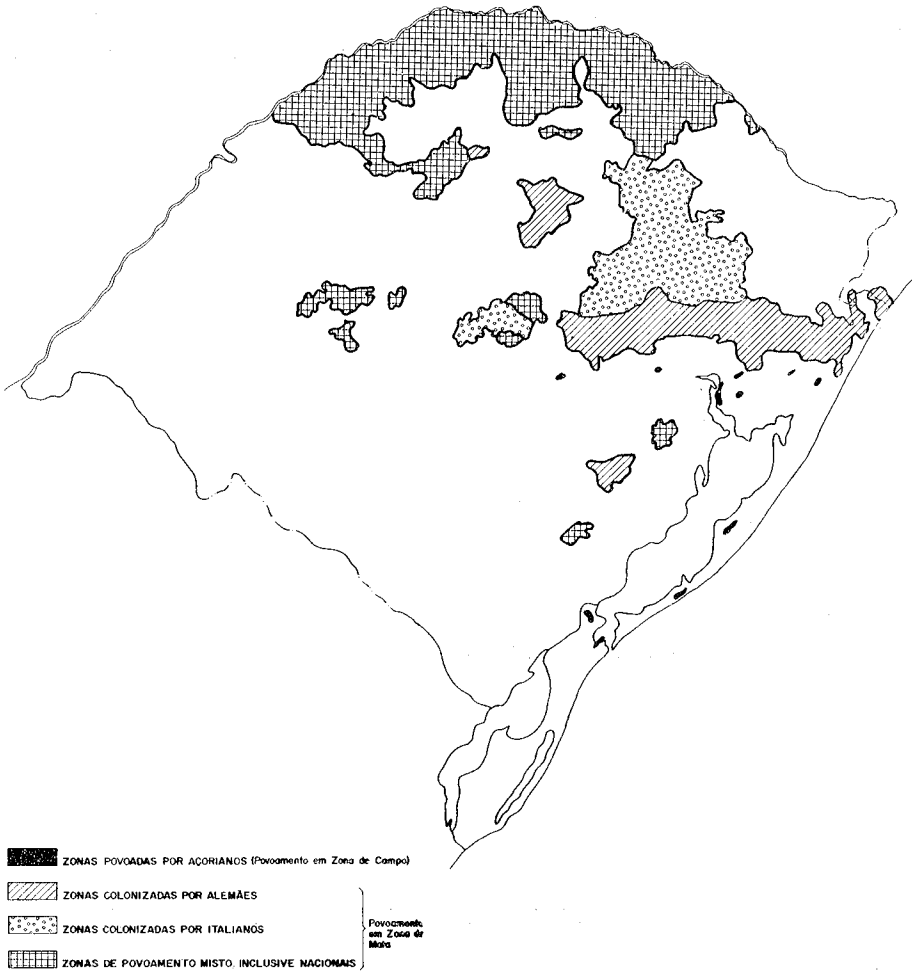
- as áreas do Centro
 - área do Alto Jacuí
 - Cruz Alta e Panambi
 - Ijuí
- a área do Oeste (área de Santa Rosa)
- as áreas do Norte (abrangendo Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos)

Como se vê, os aspectos físicos, sobretudo orográficos e hidrográficos, estão muito presentes na denominação dessas regiões “humanas”.

Afora o valor intrínseco dessa obra, como da de Nilo Bernardes (1963), indubitavelmente ambas influenciaram outros trabalhos sobre o assunto. O já aludido artigo de La Salvia e Marodin (1976) e também o de Thomas (1976), do qual se reproduziu o Mapa 5 sobre o povoamento do Rio Grande do Sul, são dois exemplos dessa influência. Como se poderá verificar adiante, outros trabalhos, elaborados especificamente para produzir uma divisão regional, também parecem ter recebido influência das obras de Roche e de Bernardes que passaram a ser consideradas clássicas sobre o assunto.

MAPA 5

POVOAMENTO



FONTE: THOMAS, Carmem (1976). "Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul". *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, CEMAPA, 21(19):26, jan./dez.

3.4 — Divisões regionais elaboradas para fins estatísticos

Em atenção a compromissos firmados com o então Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas (EPEA) do Ministério do Planejamento, a fim de fornecer subsídios ao Plano Decenal, o Instituto Brasileiro de Geografia (IBG), da Fundação IBGE, elaborou em 1968 uma nova divisão regional do Brasil, publicada em 1970. Esta substituía a divisão em zonas fisiográficas em vigor oficialmente desde 1940. Uma vez que o forte crescimento da população, a expansão urbana e industrial e a ampliação da rede rodoviária alteraram a estrutura regional nas últimas décadas, tais fatores, segundo o tratado, tornaram superada a antiga divisão regional. Como já se sabe, esta era baseada fundamentalmente em critérios fisiográficos e de posição geográfica, alicerçados pelo conceito de região natural.

Segundo a **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas — 1968** (FIBGE, 1970), os estudos levados a efeito visavam a, em etapa preliminar, demarcar espaços homogêneos e polarizados sob a orientação metodológica do Geógrafo francês Michel Rochefort.

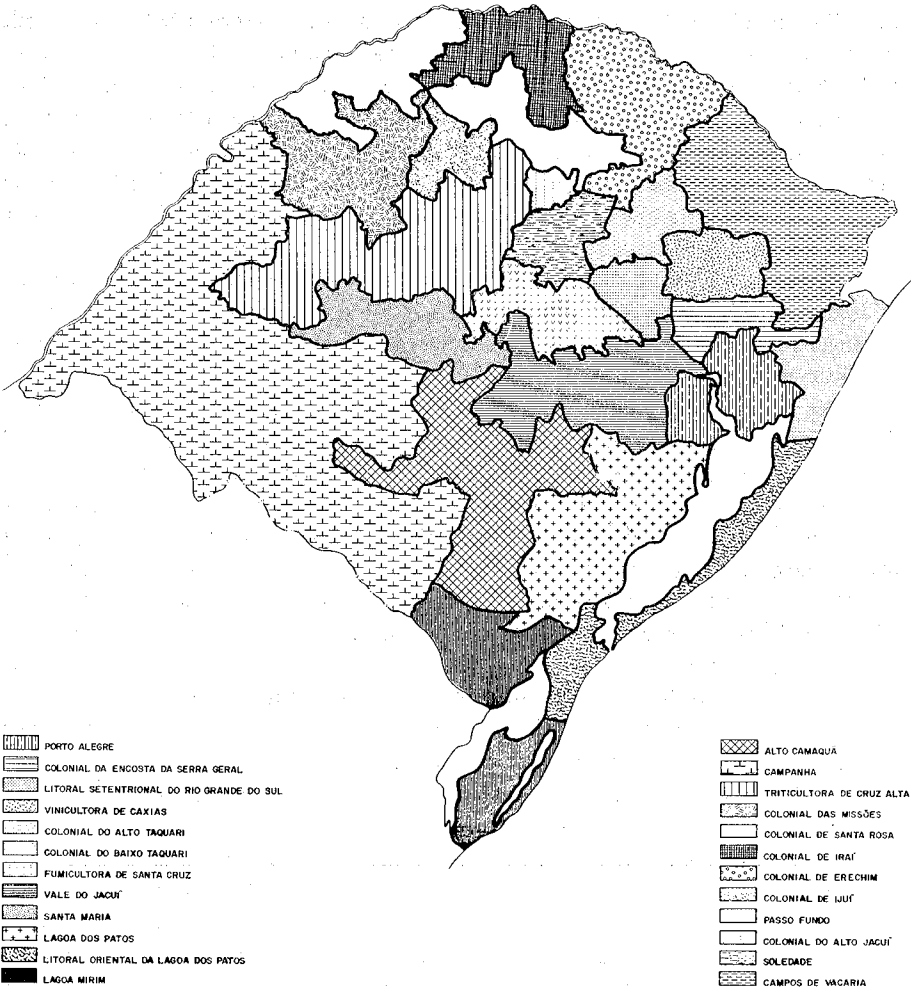
No documento preliminar, foi definido o espaço homogêneo como “forma de organização em torno da produção”, expresso por combinações de fatores físicos, sociais e econômicos. Para a definição e delimitação desses espaços, utilizaram-se vários tipos de instrumentos auxiliares, como carta ao milionésimo para exame da topografia e da acessibilidade a transportes; carta geológica de 1:5.000.000; cartas pedológicas; mapas de síntese climática; numerosos cartogramas demográficos de estrutura fundiária, produção e distribuição de lavouras e pastagens e de distribuição de tipos de centros industriais em múltiplas e variadas combinações dos elementos geográficos.

Ainda de acordo com a mesma fonte, a versão preliminar foi apresentada, em fins de 1967, a representantes de quase todos os estados e organismos regionais, donde resultaram propostas para o prosseguimento do trabalho. Neste, o principal objetivo foi a revisão dos limites regionais propostos no esboço preliminar, para o que se elaboraram subsídios em três campos específicos:

- domínios ecológicos — os fatos naturais foram encarados segundo o papel que exercem nas atividades e formas de organização humana. Uma síntese parcial desse exame forneceu a divisão em espaços homogêneos naturais;
- áreas de população — foram definidas áreas de mesmo comportamento demográfico no que se refere aos aspectos quantitativos e dinâmicos. Essa síntese parcial forneceu os espaços homogêneos quanto à população, reflexos das atividades humanas;
- regiões agrícolas — o território brasileiro foi dividido em áreas com unidade de organização do ponto de vista agrário. Para tanto, foram analisadas a estrutura agrária, a forma de utilização da terra e a produção agrícola. Essa síntese foi fundamental para a revisão dos limites dos espaços homogêneos, tendo em vista o papel desempenhado pelas atividades agrárias em grandes extensões do território nacional.

MAPA 6

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO RIO GRANDE DO SUL



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1972-75 (1977). Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.

Outras sínteses, como a da Atividade Industrial, a da Infra-Estrutura dos Transportes e a das Atividades Terciárias não Polarizadoras foram também úteis.⁹ A partir de todos esses meios, foram elaborados pequenos textos correspondentes a cada uma das diferentes unidades homogêneas.

Os resultados finais conduziram ao seguinte:

- ficou reafirmado o conceito de espaço homogêneo definido como forma de organização da produção;
- o País foi dividido em 361 unidades homogêneas que passaram a ser denominadas microrregiões homogêneas, sendo 28 na Região Norte, 30 na Região Centro-Oeste, 128 na Região Nordeste, 111 na Região Sudeste e 64 na Região Sul;¹⁰
- a finalidade dessa divisão é servir de base para a tabulação dos dados estatísticos, em substituição às antigas zonas fisiográficas.

Os trabalhos que insumiram as análises sobre as diferenciações regionais do conjunto do território nacional, abarcando sete estudos — Domínios Ecológicos, População, Regiões Agrícolas, Indústria, Infra-Estrutura dos Transportes, Serviços e Centralidade —, encontram-se reunidos na publicação **subsídios à regionalização** (FIBGE, 1968).

Ainda que não se constitua em um trabalho elaborado para fins estatísticos propriamente ditos, o trabalho de Neves e Abrantes (1967) foi realizado sob a inspiração do que foi publicado logo a seguir pelo IBGE (1968).¹¹ Trata-se de **Regiões polarizadas e homogêneas**, do qual se examinará apenas a parte referente a regiões homogêneas pelas razões explicitadas no início do presente artigo.

Os autores fixam como objetivo “oferecer aos planejadores — como contribuição preliminar — um retrato da situação espacial do Estado quanto a sua estrutura visível (paisagens agrárias)” (Neves & Abrantes, 1967, p.36). Ressalvam que, embora examinem a situação da época, o comportamento das regiões delimitadas reflete a evolução histórica e econômica das zonas rurais do Rio Grande do Sul.

Antes de apresentar as regiões, oferecem sua própria definição:

“... define-se como zona homogênea o espaço caracterizado pela pouca dispersão de algum ou alguns fenômenos escolhidos previamente. Importa caracterizar, em função dos fenômenos escolhidos, os **espaços rurais semelhantes** (o grifo é nosso), tendo em vista as peculiaridades de sua organização. Assim as zonas homogêneas foram caracterizadas por fenômenos visíveis (paisagens agrárias), onde se incluem as marcas da evolução histórica, da posse e

⁹ Estas sínteses são apenas mencionadas, mas não explicitadas no referido texto.

¹⁰ No Rio Grande do Sul foram definidas 24 microrregiões homogêneas que constam nas páginas 487 até 517 da referida publicação. No Mapa 6 elas podem ser visualizadas.

¹¹ Este trabalho já estava sendo elaborado no IBGE quando Neves e Abrantes buscaram definir as regiões polarizadas e homogêneas para o Rio Grande do Sul.

do uso da terra, e por fenômenos invisíveis que dão ao espaço uma certa coesão, tais como estrutura econômica, social e demográfica” (Neves & Abrantes, 1967, p. 36).

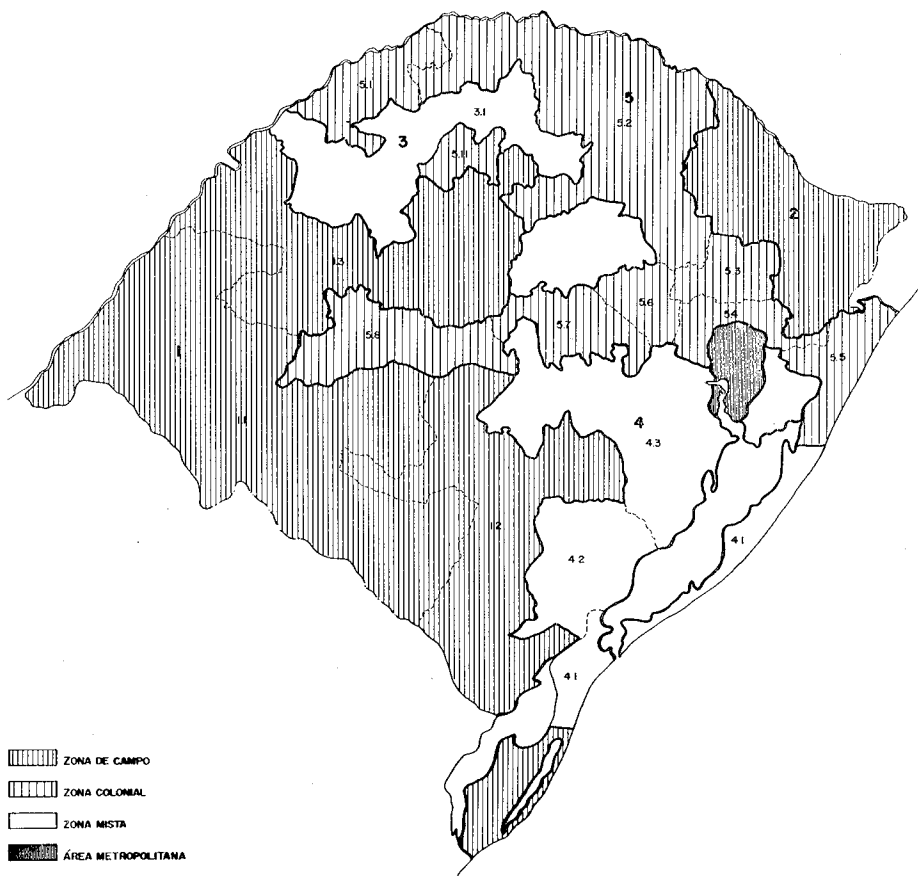
Utilizaram como critérios básicos a estrutura fundiária (frequência do tamanho médio das propriedades e, conseqüentemente, do tipo de habitat), as formas de uso e posse da terra e a distribuição quantitativa e em área da população rural (inclusive população ativa primária). Mas para obter uma delimitação mais precisa das zonas e subzonas, valeram-se de critérios de orientação como: vegetação, solos, tipos predominantes de produção e métodos agrícolas. Desse modo, estabeleceram três grandes zonas homogêneas — de campos, coloniais e mistas — que se subdividem em seis zonas, sendo duas de campo, uma zona mista e três zonas coloniais. Essas, por sua vez, são integradas por subzonas, segundo as características específicas devidas a uma dispersão do ou dos fenômenos escolhidos como significativos. Descrevem minuciosamente cada uma das subzonas que, entretanto, não deixam de conter as características mais gerais das três grandes zonas. Excluída das mesmas está apenas a Zona 6 que compreende a área metropolitana de Porto Alegre. O Mapa 7, transcrito do artigo original, apresenta as regiões homogêneas do Rio Grande do Sul segundo os autores.

Quanto às regiões polarizadas que os mesmos identificam, em número de 12, representam, segundo os mesmos, uma delimitação dinâmica do espaço geográfico. Entre o centro e a região opera-se uma rica convergência de fatores variáveis: tempo, espaço e funções. “A região polarizada é, pois, dinâmica e precisa ser vista num determinado tempo, num determinado espaço geográfico e segundo a ou as funções de seu centro dinâmico” (Neves & Abrantes, 1967, p.30). Dado o caráter mutável das regiões ao longo do tempo vinculado à dinâmica da vida regional, justifica-se a exclusão dessa ou de qualquer outra divisão regional assentada sobre polarização, centralidade ou nodalidade quando os fins propostos para a divisão regional atingem o médio ou o longo prazo.

Retomando as regiões homogêneas propostas por Neves e Abrantes, ainda que os autores as declarem um retrato espacial do Estado em um certo momento, o seu grande mérito foi terem procurado embutir critérios estruturais que asseguraram uma relativa estabilidade temporal ao caráter mutável das regiões. Porém, como o trabalho foi realizado em 1968, é provável que algumas alterações tenham-se realizado no que denominam de “paisagens agrárias”. Esse fato, sujeito ainda à comprovação, é sugerido pela expansão das lavouras capitalistas, extrapolando seus limites iniciais e, nas décadas de 70 e 80, ocupando mais efetivamente os tradicionais redutos da pecuária e das áreas coloniais antes voltadas para as atividades de subsistência. Entretanto esses fatos não desabonam o trabalho desses autores. Seu principal mérito consiste em trazer ao debate público, em caráter pioneiro, duas divisões regionais baseadas em conceitos pouco divulgados à época. E, no caso das regiões homogêneas, esse pioneirismo faz-se mais presente por ter sido esse trabalho divulgado somente um ano antes do IBGE definir em caráter oficial, para todo o País, as microrregiões homogêneas.

MAPA 7

ZONAS HOMOGÊNEAS



FORNTE: NEVES, Gervásio Rodrigo & ABRANTES, Vânia A. (1967). Regiões polarizadas e homogêneas. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 26(198):38-9, maio/jun.

Boudou (1982) criticou esse trabalho do IBGE, bem como outras divisões regionais elaboradas para o País como um todo e para o Estado do Espírito Santo em particular, classificando-as de experiências decepcionantes:

“Regionalização nem geográfica, nem econômica, nem urbanística, nem administrativa, mas totalmente artificial, alheia às preocupações das comunidades, das empresas particulares e até mesmo dos próprios órgãos públicos federais ou estaduais. Talvez a pior de todas seja a divisão em MRH, cuja operacionalidade é meramente estatística. Ora, a finalidade das estatísticas deveria ser o fornecimento de subsídios ao planejador em vista de uma proposta de ordenamento do território. Ordenamento que deveria justamente procurar se aproximar cada vez mais das comunidades e da realidade de cada ‘situação’ (Boudou, 1982, p.100).¹²

Essa crítica radical, ainda que seja verdadeira no que respeita à conciliação entre expectativas da comunidade e a realidade de cada situação, não pode esquecer um fato básico com que qualquer divisão regional se depara, qual seja o caráter mutável das regiões ao longo do tempo. E nesse sentido, o texto que introduz as microrregiões homogêneas declara:

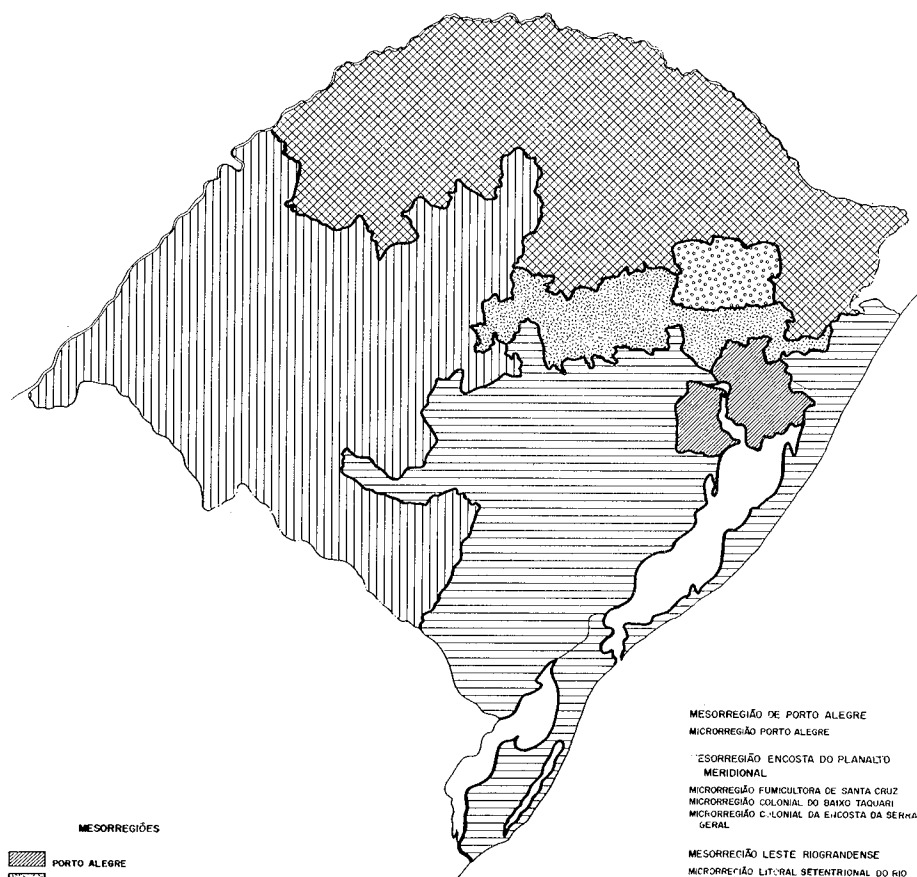
“A envergadura de um trabalho de tal natureza, como é o de uma definição de sínteses regionais levando à compreensão da estrutura espacial do País, só pode ser encarado como um processo. Processo que se realiza em etapas, e que implica constante atualização. A tarefa, portanto, deve continuar e pautar-se em novas conquistas metodológicas, capazes de colocar a Geografia em posições importantes nas políticas regionais” (sic) (FIBGE, 1970, p. IX).

Com efeito, um dos trabalhos complementares a esse, e que a ele se seguiu, foi a indicação de mesorregiões abarcando as microrregiões antes estabelecidas. No caso do Rio Grande do Sul, foram apontadas seis mesorregiões, com indicação das microrregiões que as compõem. Essas mesorregiões, visíveis no Mapa 8, são: 1 – Porto Alegre; 2 – Encosta do Planalto Meridional; 3 – Leste Rio-Grandense; 4 – Caxias do Sul; 5 – Planalto Meridional do Rio Grande do Sul; e 6 – Oeste Gaúcho.

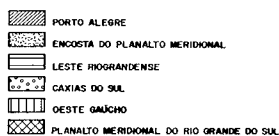
¹² O trabalho de Boudou, ainda que se refira especificamente ao Estado do Espírito Santo, em sua parte introdutória analisa criticamente uma divisão regional, como a das microrregiões homogêneas, que abrange todos os estados, por este motivo foi aqui incluída. Após a elaboração deste artigo, teve-se notícia da existência de uma crítica específica de caráter teórico-metodológico de Rochefert, solicitada pelo então EPEA. Mas como não se teve acesso a esse trabalho, que não está publicado, ele não pôde ser aqui discutido. Por outro lado, a menção a tais críticas não significa que se esteja invalidando a trabalhosa tarefa realizada pelo IBGE e que, de qualquer modo, tem sido utilizada até hoje por vários órgãos públicos e pesquisadores.

MAPA 8

MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES



MESORREGIÕES



MESORREGIÃO DE PORTO ALEGRE
 MICRORREGIÃO PORTO ALEGRE
 MESORREGIÃO ENCOSTA DO PLANALTO MERIDIONAL
 MICRORREGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ
 MICRORREGIÃO COLONIAL DO BAIXO TAQUARI
 MICRORREGIÃO COLONIAL DA ENCOSTA DA SERRA GERAL

MESORREGIÃO LESTE RIOGRANDENSE
 MICRORREGIÃO LITORAL SETENTRIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
 MICRORREGIÃO LITORAL ORIENTAL DA LAGOA DOS PATOS
 MICRORREGIÃO LAGOA MIRIM
 MICRORREGIÃO ALTO CAMAQUÁ
 MICRORREGIÃO LAGOA DOS PATOS
 MICRORREGIÃO VALE DO JACUÍ

MESORREGIÃO CAXIAS DO SUL
 MICRORREGIÃO VINICULTORA DE CAXIAS

MESORREGIÃO OESTE GAÚCHO
 MICRORREGIÃO CAMPANHA
 MICRORREGIÃO TRITICULTORA DE CRUZ ALTA
 MICRORREGIÃO SANTA MARIA

MESORREGIÃO PLANALTO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
 MICRORREGIÃO COLONIAL DAS MISSÕES
 MICRORREGIÃO COLONIAL DE IJUÍ
 MICRORREGIÃO COLONIAL DE SANTA ROSA
 MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRAÍ
 MICRORREGIÃO COLONIAL DE ERECHIM
 MICRORREGIÃO COLONIAL DO ALTO JACUÍ
 MICRORREGIÃO COLONIAL DO ALTO TAQUARI
 MICRORREGIÃO PASSO FUNDO
 MICRORREGIÃO SOLEDADE
 MICRORREGIÃO CAMPOS DE VACAÍHA

FONTE: FIBGE (1980). **Divisão territorial do Brasil: relação de municípios e distritos em 1.1.1979; apêndice com atualização até 31.12.1979.** 9. ed. Rio de Janeiro.

Em trabalho recente, Alonso, Valente, Bandeira e Mesquita (1984) chegam a uma divisão regional contendo 58 Áreas Estatisticamente Comparáveis(AECs) através de levantamento junto a fontes bibliográficas e consulta às leis de criação de municípios. Tentou-se uniformizar limites municipais por AECs, de modo a assegurar a comparabilidade estatística, ao longo do tempo, de variáveis selecionadas. Os procedimentos metodológicos para se chegar a isso se encontram em uma memória técnica, junto à equipe responsável, e a primeira divisão regional considerada é descrita mais adiante.

3.5 – Divisões regionais para fins administrativos

A década de 70, com o advento no Brasil da Geografia Quantitativa, assistiu à emergência de numerosos estudos de divisão regional. Um problema até então praticamente insolúvel – que era o de reunir e relacionar vários fatores com numerosas variáveis de ordem física, humana e econômica que tornavam a sua consideração praticamente impossível – passou a ser operacionalmente resolvido com o emprego de técnicas quantitativas. Essa facilitação de ordem metodológica, aliada à ideologia desenvolvimentista da década, propiciou a proliferação de vários trabalhos, não mais com um cunho meramente especulativo ou acadêmico, mas impregnados de pragmatismo. Esse fato verificou-se em vários estados da Federação, em trabalhos elaborados por técnicos dos órgãos públicos estaduais.

No Rio Grande do Sul, várias secretarias de estado realizaram as suas próprias divisões regionais, uma vez que necessitam operar em bases regionais. Entre essas, ainda que não se pretenda esgotar o assunto mencionando todas, encontram-se as realizadas pela Secretaria da Saúde, pela Secretaria de Educação e Cultura (que há muito já estava assim organizada) e pela Secretaria do Trabalho e Ação Social.¹³

Entretanto duas serão aqui especialmente comentadas. A primeira, por ser a mais antiga que se tem notícia, realizada para fins administrativos; e a segunda, realizada no início da década de 70, porque pretendia ser adotada como única, para os mesmos fins, por todos os órgãos estaduais.

Segundo Roche (1969, p.68), em 1937 o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem(DAER) elaborou o Plano Rodoviário Rio-Grandense que previa o melhoramento das antigas estradas que ligavam os centros de produção aos portos ou às estações de estradas de ferro. Previa, também, a implantação de uma rede capaz de assegurar os transportes da zona de produção à de consumo. A densidade populacional e o volume da produção agrícola ou florestal foram os critérios para priorizar a implantação do plano entre as regiões do Estado. O DAER constatou que,

¹³ O leitor interessado em conhecer divisões regionais elaboradas por outros órgãos públicos para a consecução de seus objetivos próprios poderá consultar o trabalho Rio Grande do Sul. SDÓ. (1974), mencionado na relação bibliográfica.

segundo a Repartição de Estatística do Estado, quase a totalidade da agricultura estadual se achava concentrada em sete regiões, a saber:

- Zona Colonial a Noroeste de Porto Alegre;
- Região Agrícola do Jacuí;
- Zona Colonial do Norte da Serra;
- Zona Colonial do Oeste da Serra;
- Zona Agrícola ao Norte de Pelotas;
- Região do Nordeste de Porto Alegre;
- Zona Colonial a Oeste de Santa Maria (Pereira, 1943, p.8).

Ainda de acordo com esse autor, para a boa execução do programa, o Estado foi dividido em zonas, cada uma entregue a um engenheiro responsável pela superintendência de todos os serviços nesta circunscrição. Conseqüentemente, o Estado foi dividido em oito residências, cujas sedes seriam respectivamente: São Leopoldo, Bento Gonçalves, Santa Cruz, Santa Maria, Cruz Alta, Pelotas, Bagé e Alegrete (Pereira, 1943, p.12-3).¹⁴ Sobre os resultados, ou seja, a utilidade dessa divisão face aos fins propostos, não se tem notícia, mas, como se verifica pelos nomes das regiões, elas estavam em concordância com os critérios estipulados e a com finalidade a que se destinavam.

A segunda divisão regional antes mencionada não se baseou em critérios de homogeneidade, mas sim de centralidade. Foi realizada em 1974, pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas. Denomina-se: **Regionalização – proposta de organização territorial do Estado para fins de programação regional e urbana**. Valendo-se inclusive da localização e da área de abrangência de centros regionais já estipulados para a atuação de vários órgãos públicos, seus elaboradores chegaram a propor uma hierarquia de cidades, de modo que se constituísse em “subsídio para a alocação de recursos e investimentos de âmbito supralocal, dentro de uma política urbana”. Em termos metodológicos, partiram da Teoria do Lugar Central, teoria da localização das atividades terciárias como indicadoras da hierarquia dos centros. Porém valeram-se do método estatístico-matemático de Palomak (1964) que, além de considerar a distribuição varejista e a de serviços de saúde e educação como indicadores fundamentais, também enfatiza a administração pública como importante atividade terciária capaz de expressar centralidade. Chegaram a indicar quatro capitais regionais, além da área metropolitana, com suas respectivas regiões de influência, como centros de maior nível hierárquico da rede urbana gaúcha: Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas.

Não resta dúvida que veio a se constituir em um trabalho de fôlego. Entretanto, na prática, não chegou a ser adotada como divisão regional única para todos os organismos. Ainda que tenha-se destacado neste tópico apenas essas duas divi-

¹⁴ Segundo o Relatório das atividades do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, no ano de 1939, haveria mais uma residência, com sede em Passo Fundo. (Rio Grande do Sul. DAER, 1940, p. 5-17).

sões regionais pelos motivos já explicitados, é conveniente ainda referir outras duas. A primeira é uma divisão regional agropecuária, e a segunda, embora tenha sua abrangência restrita apenas a 14 municípios, define o subespaço estadual de maior peso econômico: a área metropolitana. A respeito de ambas, far-se-á um pequeno comentário, sem que com isso se pretenda oferecer uma descrição detalhada ou uma avaliação crítica minuciosa das mesmas.

A divisão regional agropecuária mencionada está inserida no **Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul** (1973). Este projeto tinha como objetivo geral

“... identificar, quantificar, localizar e indicar soluções para os problemas originários do defeituoso regime de posse e uso da terra vigorante no Estado ou, em outros termos, o equacionamento da problemática estrutural da agricultura do Rio Grande do Sul” (INCRA, 1973, p.25).

Para tanto, elaborou-se uma divisão regional agropecuária do Estado, mapeando-a. Este trabalho, integrando a etapa de diagnóstico do projeto, constituiu-se na base regional de análise sócio-econômica com suas regiões de programação. Estas, por sua vez, nada mais seriam que unidades espaciais adequadas tanto à análise regional da problemática da agricultura como ao possível remanejamento de recursos humanos e alocação de investimentos, na hipótese de que fosse desencadeado um processo de reforma agrária no Estado. Ainda assim, o trabalho aventou a possibilidade de que as mesmas, com ligeiras adaptações, pudessem servir a programações mais amplas ou mais restritas que não envolvessem, obrigatoriamente, a reformulação da estrutura de posse e uso da terra (INCRA, 1973, p.56).

O estudo de recursos naturais ofereceu elementos para avaliar o comportamento da variável capacidade de uso dos solos, enquanto, a partir dos dados do cadastro do INCRA e do Departamento Estadual de Estatística, foi aferido o comportamento das variáveis estrutura fundiária e uso atual da terra. Foram então definidas três divisões regionais correspondentes a essas três variáveis.

“Da superposição dos mapas de regionalização por capacidade de uso e por estrutura fundiária, o primeiro contendo três grandes grupos de municípios e o segundo quatro grandes grupos, chegou-se a determinar 20 agrupamentos de municípios, homogêneos quanto à capacidade de uso dos solos e à estrutura fundiária.

“Posteriormente estas 20 regiões foram reagrupadas, utilizando-se, para tal, a regionalização por uso atual da terra. Foram definidas, desta forma, nove regiões de programação, com 27 sub-regiões homogêneas sob o ponto de vista do uso atual dos solos, cujas características permitiram expandir a amostra de pesquisa de produtores rurais a todo o Estado” (INCRA, 1973, p.57).

Fruto do esforço de uma equipe interdisciplinar, o trabalho teve o mérito de assentar-se sobre um sólido diagnóstico, ainda que os fins propostos não tenham chegado à fase de implementação.

O segundo trabalho mencionado diz respeito à delimitação da área metropolitana de Porto Alegre, elaborado em janeiro de 1968, na Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, Departamento de Planejamento Regional e Urba-

no, e reimpresso em fevereiro de 1973 pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana do Conselho Metropolitano de Municípios.

Após discutir brevemente o conceito de área metropolitana e sumará-lo como uma “**área de concentração generalizada** no plano físico e econômico e das decisões e comando no plano social” (GERM, 1973, p.10), o trabalho propõe-se a estabelecer uma metodologia para definir a área metropolitana de Porto Alegre adotando três critérios:

- a continuidade dos espaços “urbanizados”, fenômeno visível na paisagem medida através de fotografias aéreas (escala aproximada de 1:50.000);
- os fluxos de transportes, fundamentalmente de transportes de passageiros;
- as funções exercidas por cada um dos centros urbanos periféricos ao espaço urbano da Capital do Estado (GERM, 1973, p.11).

A critério de continuidade dos espaços urbanos teve que ser ampliado para a totalidade do município e não só para o espaço urbano em si, a fim de manter o espaço administrativo municipal como base espacial de planejamento, segundo se afirma na própria publicação. Contudo o comportamento demográfico retrospectivo e prospectivo da área foi embutido nesse critério.

As funções e fluxos foram estudados através de informações estatísticas. Quanto a estes últimos, o trabalho propõe-se a determinar a intensidade, frequência e direção dos movimentos de transportes de passageiros para definir o grau de dependência de um núcleo urbano ao outro. Entretanto, ao longo do trabalho, não há uma definição que distinga claramente intensidade e frequência. Fica também evidente uma visão funcionalista quando é afirmado que os núcleos urbanos têm um comportamento orgânico ao mesmo tempo dependente das condições de transporte e de suas funções (GERM, 1973, p.19-20).

Depois de enfatizar que o Setor Secundário é o único capaz de explicar o comportamento da estrutura urbana que circunda a Capital, ao analisar as inversões deste Setor por município, tenta demonstrar que ele absorve mais de 50% dos investimentos dos municípios, onde se evidencia Esteio com um investimento de apenas 38,50% que não é analisado.

Apesar dessas pequenas falhas, o trabalho, elaborado em 1968, teve um caráter pioneiro em todo o Brasil, chegando a delimitar a área metropolitana de Porto Alegre, com seus 14 municípios, antes mesmo que a Fundação IBGE o fizesse para todas as áreas metropolitanas brasileiras, sendo que este último estudo veio ratificar a área já então definida pelo primeiro trabalho.

3.6 – Divisões regionais para investigações específicas

Como nos tópicos anteriores, aqui também não se tem a intenção de esgotar o assunto, cobrindo todos os trabalhos em que porventura tenham sido feitas divisões regionais.

Por outro lado, algumas divisões regionais inseridas nesses trabalhos não foram realizadas com qualquer das finalidades já expostas nos tópicos anteriores. Exa-

minando-se esse conjunto de estudos, verifica-se uma apreciável incidência de trabalhos direcionados ao Setor Primário, razão porque se subdividiu o presente tópico em itens examinados a seguir, iniciando por aquele que reúne os trabalhos voltados a este Setor.

3.6.1 – Trabalhos direcionados ao Setor Primário

Alguns dos trabalhos que serão aqui mencionados são de difícil recuperação para exame, uma vez que nem sempre se encontram disponíveis nas bibliotecas consultadas. Esse fato forçou-nos a apoiar nossos comentários a respeito de alguns nos já feitos por Neves e Abrantes (1967). Procurou-se, contudo, apresentá-los, dentro do item, na ordem cronológica.

O primeiro desses estudos voltados para o Setor Primário de que se tem notícia foi elaborado pelo grupo SAGMACS¹⁵, vinculado ao movimento Economia e Humanismo do Pe. Leuret, em 1958. São definidas 10 regiões homogêneas para o Rio Grande do Sul segundo diferentes critérios, “ora físicos, ora pela utilização do solo, ora pelo modo de povoamento, ora pelo tempo de ocupação” (SAGMACS, apud Neves & Abrantes, 1967). Essas 10 zonas são divididas nas seguintes subzonas:

- 1 – Litoral Marítimo e Parte do Litoral Lacustre;
- 2 – Zona Baixa de Rizicultura
 - 2.1 – Subzona de Pelotas e Parte do Litoral Lacustre
 - 2.2 – Subzona do Vale do Jacuí;
- 3 – Zona de Porto Alegre;
- 4 – Zona de campos de Pecuária Extensiva
 - 4.1 – Subzona dos Campos do Sul
 - 4.2 – Subzona de Pecuária dos Campos Centrais
 - 4.3 – Subzona dos Campos de Alegrete-Uruguaiana;
- 5 – Zona de Vacaria-Lajes ou de Pecuária de Cima da Serra;
- 6 – Zona Colonial da Serra do Sudeste
 - 6.1 – Subzona Agrícola de Canguçu
 - 6.2 – Subzona Pecuária de Pinheiro Machado;

¹⁵ A sigla SAGMACS significa Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. A sua explicitação serve apenas para satisfazer a curiosidade do leitor, uma vez que os trabalhos desse grupo sempre foram referidos e conhecidos apenas pela sigla.

- 7 – Zona Colonial da Depressão Central e da Encosta da Serra
 - 7.1 – Subzona Agrícola e Industrial de Colonização Alemã
 - 7.2 – Subzona de Santa Maria
 - 7.3 – Subzona de São Pedro do Sul;
- 8 – Zona Colonial vitivinícola de Caxias do Sul;
- 9 – Zona Agrícola de Colonização Mista do Planalto
 - 9.1 – Subzona dos Campos de Passo Fundo
 - 9.2 – Subzona Colonial de Não-me-Toque
 - 9.3 – Subzona Colonial de Erechim
 - 9.4 – Subzona de Palmeira das Missões
 - 9.5 – Subzona de Colonização Pioneira do Alto Uruguai;
- 10 – Zona Nova Colonial de Santa Rosa.

Como os próprios nomes demonstram (e o trabalho declara), há uma mistura de critérios, onde se percebem não apenas os de ocupação do território e uso da terra como também a influência da fisiografia. Dado o caráter pioneiro do estudo, é surpreendente que, numa época em que se dava atenção primordial a regiões naturais, ele tenha incluído também critérios sócio-econômicos e, ainda, utilizado método de pesquisa direta.

Neves & Abrantes (1967) ressaltam que ele se restringiu à análise de pontos segundo a metodologia dos estudos de níveis de vida do Pe. Lebrecht e citam a afirmação dos autores segundo a qual “nossa divisão não tem, salvo algumas zonas ou subzonas, senão um valor transitório”.

Em 1964, Gastal (Neves & Abrantes, 1967) apresenta a **Contribuição ao zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul**. Advertindo sobre o caráter ainda superficial do trabalho e sobre critérios discutíveis, utiliza o valor da produção das culturas temporárias e permanentes e o valor da produção pecuária em 1960, arbitrando que a produção bovina de corte fosse igual a 10% do valor da população, que a carne ovina fosse igual a 5% da população, e a suína, igual a 40%. Além das próprias ressalvas do autor, Abrantes e Neves indicam que se refere a um corte no tempo relativo ao ano de 1960.

Alrutz, em 1965, propõe o **I Esquema de zoneamento agrário do Rio Grande do Sul**, apoiando-se fundamentalmente em fatores de ordem física, como clima, edafologia e critérios conservacionistas. Referindo-se a outros critérios, afirma que “constitui erro comum incluir fatores econômicos ou sociais na determinação do zoneamento agrário, por uma questão de lógica simples: ambos são fatores decorrentes do zoneamento”¹⁶. Estabelece, assim, as zonas “ideais” para determinadas atividades agrícolas.

¹⁶ Citação esta referida por Neves e Abrantes (1967).

Em um outro trabalho seu, publicado sem data, mas que se julga ser posterior a esse, Alrutz chega a delimitar oito regiões agrárias no Rio Grande do Sul. Dessa vez, porém, valendo-se de dados estatísticos dos censos agropecuários e demográficos.

Moreno (1965) aponta zonas de produção agropastoril, utilizando informações referentes a 1960-62 e cartografando as densidades de produção. Mesmo que tenha abrangido um triênio, o prazo ainda é demasiado curto para que se possam verificar as transformações estruturais produzidas ao longo do tempo.

Crivela, em 1966, busca também a definição de um zoneamento da produção primária do Estado, valendo-se igualmente da cartografia de informações estatísticas, porém referentes a um ano apenas.

Neves, ainda em 1966, estabelece o zoneamento da lavoura com indicações de época de colheita e participação de cada produto por município segundo a área total da lavoura. Contudo, além de considerar apenas a agricultura, também se trata de uma "cross section".

Monteiro (1966) analisa o comportamento da lavoura em relação ao uso da terra, abrangendo um período de tempo considerável em relação aos anteriores: 1940 a 1960. Constata tendências de retração e expansão de áreas de lavoura e tipos de técnicas agropecuárias predominantes a partir de informações censitárias. Seu intento foi chegar a uma tipologia das zonas de economia primária. "Embora servindo-se fundamentalmente de dados estatísticos, o trabalho representa uma feliz contribuição ao estudo do comportamento espacial da economia primária gaúcha" na opinião de Neves & Abrantes (1967, p.29).

Em 1967, esses dois autores publicam seu trabalho sobre regiões homogêneas e polarizadas do Rio Grande do Sul, delimitando seis regiões homogêneas já comentadas no item 3.4.

Sob a coordenação de Moreno, uma equipe de geógrafos da Secretaria da Agricultura publicou, em 1975, a **Regionalização do espaço agrícola do Rio Grande do Sul**. Através da mesma, pretendiam oferecer condições para um atendimento mais efetivo aos agricultores na medida em que o trabalho proporcionasse ao extensionista um melhor conhecimento regional quanto à produção e suas características. O estudo ensejava também oportunizar:

"... o remanejamento das áreas produtivas em relação a um escalonamento prioritário das necessidades agrícolas do Estado, numa dimensão por produto ou grupos de produtos; a visão do quadro real de como se apresenta a agricultura atualmente, podendo, inclusive, no futuro, chegar-se a uma visão projetiva do fenômeno; um diagnóstico agrícola pelo qual será possível conhecer as condições de instalação de novas indústrias baseadas na produção mais significativa de determinados produtos" (Moreno et alii, 1975, p.4).

Os autores consideram que o trabalho tem um caráter preliminar, uma vez que utilizam uma metodologia nova, baseada em técnicas quantitativas. Através dela, classificam

"... lugares por semelhança, agrupando-os em unidades espaciais que, uma vez classificadas anteriormente como contíguas, formam um espaço compacto e de máxima similaridade, que são as regiões. Este processo também solucio-

na um dos grandes problemas de regionalização que são as áreas de transição, pois coloca, em termos de maior similaridade, uma região com outra pela função efetivamente discriminante. A metodologia empregada foi a de procedimentos estatísticos das técnicas de Análise Fatorial, Análise de Agrupamento para regionalizar e da Análise Multidiscriminatória para testar e aperfeiçoar as regiões, assim como a elaboração de mapas por computação eletrônica” (Moreno et alii, 1975, p.7-8).

Como resultado, os autores chegaram a 16 regiões agrícolas, estatisticamente o mais semelhantes possíveis, embora nem sempre contíguas. Crêem que talvez isso espelhe a realidade do Rio Grande do Sul. Para atender a um grau maior de generalização, reuniram essas 16 regiões em quatro grandes grupos, ou seja, regiões de: I – agricultura tradicional; II – agricultura tradicional com um produto de comercialização discriminando a região; III – agricultura tradicional e pecuária envolvido para agricultura comercial; e IV – pecuária comercial e rizicultura. Caracterizam as regiões contidas nestes grupos segundo variáveis relativas à produção; produtos de estrutura simples, complexa e múltipla; e índices de correlação nas variáveis. “Foi observado que estes elementos levavam a inferir sobre vários outros já conhecidos da realidade geográfica do Estado, principalmente por sua localização. Exemplificando:

- a – as regiões de ‘produtos diversificados’ localizam-se em zonas típicas de colônia, caracterizadas pela agricultura de subsistência, com predomínio do pequeno estabelecimento em áreas originalmente de matas (Grupo I);
- b – as regiões de ‘cana-de-açúcar, uva e fumo’ têm as mesmas características das anteriores, somente com destaque de um produto comercializável (Grupo II);
- c – as regiões de ‘trigo, soja e linho’ localizam-se em zonas mistas, ora com predomínio do pequeno estabelecimento agrícola em áreas originalmente de mata, ora com predomínio do médio e grande estabelecimento pastoril em área de campo. Mas o que dá uma característica especial a estas regiões é a utilização de novas técnicas agrícolas, especialmente a mecanização e a adubação, além do financiamento das lavouras, desenvolvendo uma agricultura moderna e mais rentável, embora se façam restrições às técnicas de conservação do solo (Grupo III);
- d – as regiões de ‘pecuária e arroz’ estão voltadas principalmente para a criação de bovinos de corte e ovinos para produção de lã. As áreas de lavoura são representadas em sua maioria pela rizicultura, localizada nas partes baixas, planas e de fácil acesso à água. As propriedades desta região localizam-se em zonas de campo com predomínio do grande estabelecimento (Grupo IV)”.

Sem dúvida, o trabalho representou um esforço, sob o ponto de vista metodológico, ao reunir 142 variáveis para os então 232 municípios gaúchos com o auxílio de técnicas quantitativas. Sobretudo se lançarmos um olhar retrospectivo às divisões regionais que se ofereciam nas décadas de 40 e 50, evidenciam-se algumas diferenças bem marcantes, como o quase total abandono dos critérios físicos e humanos em fa-

vor dos econômicos; a insatisfação com critérios únicos ou simples; e a tentativa de incorporar maior complexidade aliada à precisão, ao buscar o auxílio de técnicas quantitativas mais sofisticadas, num esforço para atingir uma síntese mais complexa da realidade. Entretanto, como tantos outros anteriores, o trabalho é uma “cross section” de 1970, cuja fonte de dados foi o **Anuário estatístico do Rio Grande do Sul – 1971**. Por não se tratar de informações censitárias que possivelmente não estavam disponíveis à época, é provável que os dados se limitem a uma projeção de anos anteriores, não correspondendo, assim, à própria realidade de 1970.

O trabalho de maior envergadura que já foi elaborado sobre o Setor Primário do Estado talvez seja o **Programa de investimentos integrados para o setor agropecuário**, sob a responsabilidade da Secretaria de Coordenação e Planejamento, reunindo uma apreciável equipe técnica. Esse trabalho, constante de vários volumes, define nove regiões de programação e 27 sub-regiões homogêneas para o Setor Primário. O Volume 1 – **Estudos básicos – regionalização agrícola (1975)** – e o Volume 6 – **Atlas de regionalização e zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul** – apresentam os critérios norteadores dessa divisão regional. Estes critérios foram a capacidade de uso dos solos, a estrutura fundiária e o uso atual dos solos. No zoneamento agrícola, foram também elaborados cartogramas com a distribuição espacial de cada produto. Realizado com apuro, proporciona uma radiografia detalhada da agropecuária gaúcha. Porém, como a maioria, oferece um panorama, ainda que bastante completo, da realidade da lavoura e da pecuária em um dado momento no tempo. Trata-se, por isso, de um trabalho que não permite inferir sobre a dinâmica regional. Ainda que assim seja, esse fato não o despoja de seus méritos que são muitos, e, se os mesmos não são aqui explicitados, é por fugirem aos objetivos deste artigo.

3.6.2 – Outros estudos

Como se pôde bem verificar, provavelmente devido à base agropastoril do Rio Grande do Sul, um apreciável número de trabalhos relativos a divisões regionais consideram o Setor Primário em primeiro lugar, mas isto não significa a inexistência de estudos com outros enfoques.

Thofern, Curtis e Moreno, por exemplo, em 1959 publicaram **A divisão territorial do Rio Grande do Sul**, em que estabelecem uma tipologia para os municípios gaúchos: agrícolas, pecuários, industriais e mistos. Considerando área, população e renda como fatores de potencialidade, estudam-nos através de métodos quantitativos.

Concebem como renda a arrecadação de impostos municipais divididos pelo total da população. A análise de cálculo dos dados a partir de uma normal estipulada levou-os a classificarem os municípios do Rio Grande do Sul em normais homogêneos, normais diferenciados e normais divergentes. Tanto no aspecto conceitual (como, por exemplo, a definição de renda) como no metodológico, o estudo merece críticas. Entretanto constituiu-se em uma das primeiras tentativas de adi-

cionar variáveis referentes a outras atividades econômicas e não apenas à primária.

Seqüente a esse, há o estudo de Medeiros (1959). Este autor apresenta a densidade demográfica de 12 regiões sócio-econômicas e “constelações urbanas” segundo o volume de população. Porém ele mesmo afirma que essas constelações de cidades nem sempre estão compreendidas na mesma área de regiões sócio-econômicas, e que essa divisão em 12 regiões sócio-econômicas ainda é mantida como hipótese de trabalho. Por não apresentar o método de que se valeu, nem os critérios para delimitar as regiões, concordamos com Neves e Abrantes (1967) que se torna difícil qualquer julgamento mais objetivo do trabalho.

Outra tentativa surge três anos depois. Barlém (1961), tomando o valor da produção do Setor Primário e o valor adicionado do Secundário, estabelece áreas predominantemente pastoris, agrárias e industriais. Porém trata-se de uma “cross section” referente ao ano de 1956. O próprio autor levanta a impossibilidade de obtenção dos valores do consumo intermediário do Setor Primário por municípios e mesmo de alguns valores de produção deste Setor. Além disso, alerta que a estimativa do valor adicionado pelo Setor Secundário é grosseira.

Cabe aqui também mencionar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou, através de convênio com o SERFHAU e a SUDESUL, em 1970-71, um trabalho em cujas pretensões se incluía uma divisão regional do Rio Grande do Sul sob o enfoque da centralidade. Neves, que participou desse trabalho, publicou-o em 1971 no **Boletim Geográfico**, sob o título: **Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul**.

De acordo com o autor, o trabalho segue uma orientação metodológica de Labasse que é fundamental: a análise regional de uma rede urbana só é válida no contexto da própria região em que se implanta. Os resultados são muito semelhantes aos do trabalho da SDO ao intentar estabelecer regiões de programação. Em outros termos, ambos os estudos identificam um centro de primeira ordem na hierarquia urbana, que é Porto Alegre e sua área metropolitana, centros de segunda ordem integrados, constituídos pelas capitais — Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Pelotas —, e centros de terceira e de quarta ordem situados no “campo de força” das capitais regionais. Em suma, a área de influência de cada capital constitui uma região.

Finalmente, dois trabalhos recentes (1983) sugerem divisões regionais para o Rio Grande do Sul.

Costa (1983) apresenta uma proposta de divisão regional que já havia sido publicada sumariamente em Moreira e Costa (1982). Busca resgatar a teoria da dependência em que pesem as suas limitações e às críticas que lhe são feitas, associando-a aos conceitos mais atuais de região, segundo uma concepção do que seja método dialético (Oliveira, 1977) e (Duarte, 1980). Deste último, toma por empréstimo o conceito de região como “uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social”, enfatizando que a região não é apenas um espaço homogêneo em termos de suas relações de produção, mas sim “um bloco espaço-social que, por suas especificidades, oferece resistência à homogeneização da sociedade e do espaço pelo capital” (Duarte apud Costa, 1983, p.6).

Por acreditarmos ser de importância para a compreensão dos critérios que o

levaram à divisão regional proposta, tomamos a liberdade de transcrever a justificativa que a antecede:

“Desse modo, podemos reconhecer no Rio Grande do Sul diversas áreas em diferentes graus de ‘dinamismo’ econômico, ou seja, com feições particulares de inserção no sistema de produção. Isto se reflete em estruturas, funções e formas específicas, configurando zonas que, se não dotadas de uma verdadeira identidade regional (onde a sociedade local ofereça uma resistência organizada à homogeneização imposta pela difusão capitalista), pelo menos assumem uma posição própria, em função de interesses externos, a nível estadual, nacional ou mesmo internacional.

“Tomada não dualisticamente, dentro da lei de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo — em diferentes escalas espaciais —, a noção de centro e periferia coloca nossa área de estudo — o Rio Grande do Sul — como uma periferia relativamente ‘dinâmica’ no contexto brasileiro. ‘Dinâmica’ no sentido de ter sido ‘favorecida’ na divisão regional do trabalho, tornando-se um núcleo razoavelmente capitalizado, gerador de divisas para o Sudeste concentrador através de uma agricultura em parte modernizada, fornecedora de alimentos e culturas de exportação (financiadora das importações sofisticadas do ‘centro’) e de uma indústria abastecedora de bens intermediários para os produtos acabados do Sudeste.

“Assim como a nível internacional somos ‘periferia’ na qualidade de nação dependente, o nível nacional também reproduz esse processo centralizador característico da economia capitalista, e, como é nosso objetivo verificar, ainda o encontraremos em outra escala de análise — a intra-estadual (seguindo em frente a própria escala da cidade o manifesta na contradição do centro e dos bairros ricos com a periferia pobre e politicamente marginalizada). Não esqueçamos, contudo, que não se trata de ‘periferias’ ou ‘centros’ num sentido dualista, como o tratado por Friedmann e Becker (1972), onde o centro se impõe como ‘difusor de desenvolvimento’ frente a uma periferia ‘atrasada’ que tenderia ao desaparecimento. São áreas intimamente relacionadas que tratam, a nível internacional ou local, o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, sem as quais este não sobreviveria. Outra observação relevante é não tomarmos essa relação, como o fazem muitos geógrafos, como uma relação entre áreas (Folke, 1978), já que incluem em si mesmas a contradição de classes.

“Com base nessa breve argumentação teórica e em caráter preliminar, sem pretensão maior, podemos esboçar uma divisão regional do Rio Grande do Sul, retomando dialeticamente os ‘tipos’ regionais propostos por Becker (1972) para o Brasil. Esta difusão, que pode ser visualizada no Mapa nº 9 anexo, compreende as seguintes ‘regiões’ ” (Costa, 1983, p.6).

A partir daí, Costa (1983) apresenta quatro regiões constituídas por: a) um Centro Irradiador correspondente à área metropolitana de Porto Alegre; b) uma Periferia Dinâmica, abrangendo a área ao norte do Centro Irradiador e estendendo-se até a área de Caxias do Sul e Bento Gonçalves; c) uma Periferia de Crescimen-

to Lento, abarcando dois amplos subespaços com suas respectivas bases econômicas — a região latifundiária predominantemente pastoril, representada pela “fronteira” ou Campanha e partes do Planalto Médio e a região de predomínio de pequenas e médias propriedades de base agrícola em zonas de colonização não deprimidas e de áreas de expansão da empresa rural alicerçadas no binômio trigo-soja; d) uma Periferia Deprimida ou de Crescimento Nulo constituída por um vasto interior que, ao mesmo tempo que diminui sua participação no “bolo” econômico do Estado, perde população; nela incluem-se as zonas do Sudeste, o Centro (exceto Santa Maria), os Campos de Cima da Serra (Vacaria e Soledade), o Litoral de Mostardas (talvez a região mais pobre do Estado) e grande parte da zona colonial minifundiária do Alto Uruguai (exceto Erechim e Santa Rosa).

Apontando a intensificação das desigualdades regionais no espaço estadual, Costa afirma-se cético em relação ao quadro regional futuro e conclui: “De qualquer forma, a verdadeira identidade regional vê-se dissipada e, não fossem os recentes movimentos político-culturais de base local, pouco se teria a esperar para um Rio Grande em que o conceito de ‘região’, autônoma e participante, pudesse ser resgatado”.

Dedicou-se uma atenção maior a esse trabalho, inclusive transcrevendo trechos do mesmo, por duas razões. Primeiro, foi essa a mais atual das divisões regionais esboçadas e divulgadas no que respeita ao Rio Grande do Sul. Segundo, por representar um esforço tentativo de incorporar algumas das definições atuais para região. Realmente, o mérito maior do trabalho reside no esforço empreendido por Costa no sentido de aumentar a capacidade explicativa de sua divisão regional. Percebe-se que foram captados e absorvidos pelo autor os conceitos de regionalização e divisão regional de Duarte, comentados no início deste artigo. Em que pesem a esses méritos, advém a questão de quais indicadores ou em que outros meios se apoiou, em termos metodológicos, para chegar a essa divisão que apresenta e não a outra?

Outro aspecto chama atenção: ele supõe a existência de uma hierarquia de centros e periferias. Seria oportuno que essa idéia fosse melhor desenvolvida. Em outras palavras, ficaria uma pergunta: seria a realidade regional apenas uma questão de escala? Exemplificando, dizer que o Brasil é periferia dos Estados Unidos será o mesmo que dizer que Santa Rosa é periferia de Porto Alegre? Ao rejeitar a posição de alguns geógrafos de assumir o relacionamento entre áreas apenas como uma comparação e frisando que este relacionamento expressa a contradição de classes, como averiguar, na concretude da realidade empírica, que formas assume esta contradição e até onde se estendem no interior das regiões, diferenciando-as?

Critica o sentido dualista que Friedmann e Becker atribuem aos centros e periferias, onde o centro se impõe como “difusor de desenvolvimento” frente a uma periferia atrasada que tenderia a desaparecer (Costa, 1983). Entretanto, ao definir suas regiões, realça no centro irradiador (Porto Alegre) o papel de difusão de inovações para as periferias e a “decisão de investimentos de maior porte, **sempre** (o grifo é nosso) em benefício da própria concentração econômica local”. Este último aspecto, em particular, parece discutível, sobretudo parece contraditório afirmar que seja sempre em benefício da concentração econômica local. As idéias que cir-

cunscrem os conceitos de formação social e/ou formação sócio-espacial parecem indicar outra direção.¹⁷

Ainda ao se referir ao centro irradiador (área metropolitana de Porto Alegre), Costa afirma que, “não obstante seu dinamismo, possui uma periferia pobre”, como se este fato fosse inconciliável, quando, ao contrário, é justamente este dinamismo face às demais áreas desigualmente desenvolvidas que cataliza e, portanto, explica esta periferia pobre. Esse fato não é mais que a expressão dos dois circuitos da economia urbana, como já o apontou Santos (1979, p.43). Aliás, esse parece ser apenas um pequeno lapso, uma vez que, ao finalizar o texto, o autor reconhece que os que permanecem marginalizados pelo sistema estão integrados à realidade sócio-econômica, sendo indispensáveis ao pleno funcionamento da estrutura econômica. Quer-nos parecer, assim, que, implicitamente, o autor reconhece o caráter desigual e combinado do desenvolvimento que se expressa na realidade sócio-espacial. Porém seria interessante, dada a sua importância, uma explicitação específica desses aspectos.

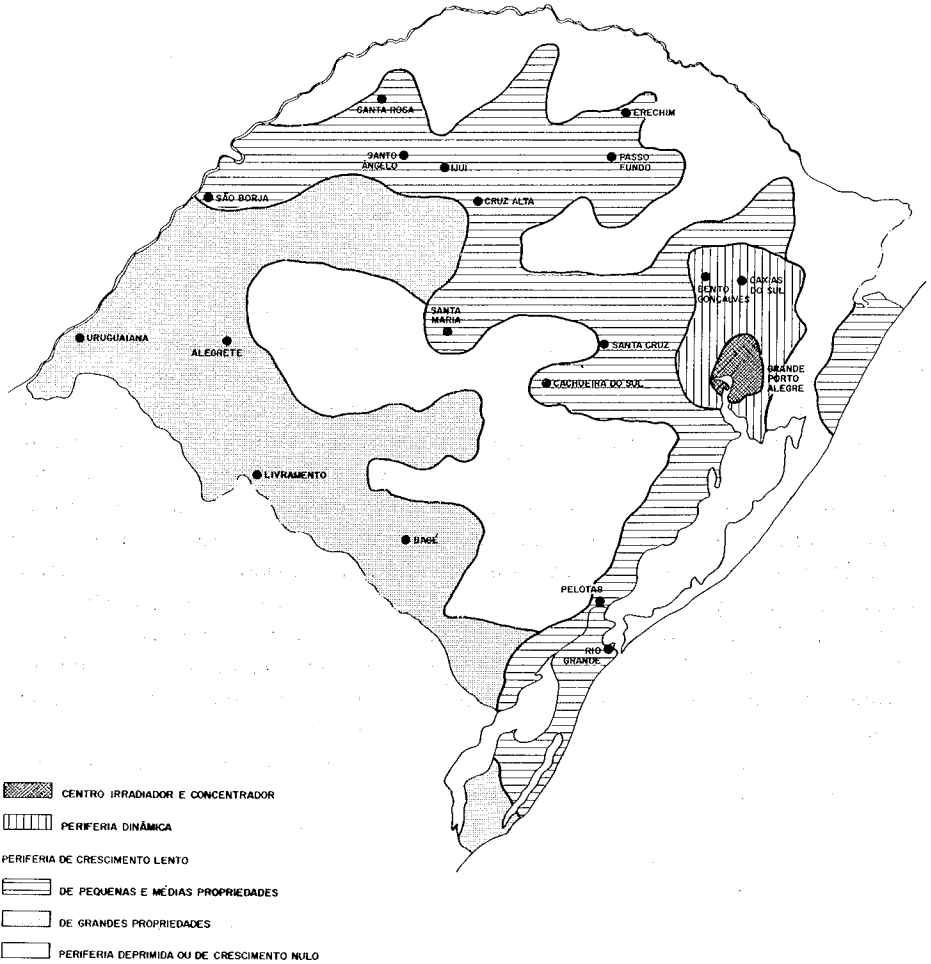
O segundo trabalho recente é o de Fonseca (1983). Embora tanto o objetivo como a finalidade de seu trabalho tenham sido bem outros, o fato é que ele apresenta, uma divisão regional da qual se vale para seus propósitos específicos.

Ele declara valer-se das categorias dos tipos “ideais” à semelhança de Max Weber, tentando seu cotejo com a realidade — sem dúvida um recurso original em se tratando de divisões regionais. Porém o “modus operandi” que conduziu à utilização dos tipos “ideais”, à semelhança de Weber, para a divisão regional fica um pouco obscuro. Tudo indica que Fonseca partiu de uma constatação empírica das regiões supostamente então existentes que passam a ser descritas uma a uma, sem, entretanto, se verificar um cotejo entre tipos “ideais” de regiões e a realidade regional.

Ao referir-se ao Norte do Estado, o autor subdivide-o em duas zonas — a Serra e o Planalto —, embora não chegue a justificar esta subdivisão. Talvez tenha julgado que a descrição de ambas fosse suficiente para distinguir uma da outra. Porém esse não é um problema de tão fácil solução. A dificuldade do estabelecimento das fronteiras, dos limites, sobretudo nas áreas de transição de conjuntos homogêneos, não é facilmente contornável. Ao se atentar para a estrutura geológica ou geomorfológica — obviamente o critério mais estável sob o ponto de vista temporal, ou mesmo da ocupação humana —, toda a região ao norte da Depressão Central integra um mesmo conjunto regional. Naturalmente que com esse reparo não se pretende ignorar ou negar diferenciações internas importantes no que tange ao uso da terra, à estrutura fundiária, às épocas de povoamento e às atividades econômicas que neles se instalaram e que podem conduzir à necessidade de uma subdivisão regional.

¹⁷ Para tanto, ver as obras de Milton Santos, onde se trata do conceito de formação sócio-espacial, especialmente: “Um esforço de definição do espaço” In: *Por uma Geografia Nova* (1980, pp. 119-120) e também: “O Estado-Nação como espaço totalidade e método”. cap. II In: *Espaço e Sociedade* (1982). Ver também: Marta Harnecker (1978, pp. 16 e segs.).

MAPA 9 RS: UMA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO



FONTE: COSTA, Rogério Haesbaert da (1983). Rio Grande do Sul: uma proposta de regionalização. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Porto Alegre, (10/11):8.

3.6.3 — Uma divisão regional para o Estudo sobre a Magnitude do Crescimento Sub-Regional no Rio Grande do Sul: 1939-75

Por fim apresentamos aqui uma divisão regional realizada para atender aos propósitos do projeto: **Estudo sobre a magnitude do crescimento sub-regional no Rio Grande do Sul: 1939-75**. Não tivemos com ela a pretensão de resolver as limitações metodológicas antes apontadas, mesmo porque estas não se solucionam facilmente, ainda mais em épocas de crise metodológica como a que passam agora os estudos sob o tema região. Nem mesmo ambicionamos erigir uma proposta de divisão regional única para o Rio Grande do Sul que sirva a todas as finalidades. Dado que essa investigação sobre o crescimento da renda sub-regional no Rio Grande do Sul abarca um horizonte de tempo relativamente longo — 1940-75 —, colocaram-se, “a priori”, dois marcos limitantes e, de certo modo, quase conflitantes a balizar a elaboração da divisão regional. O primeiro é que a mesma deveria partir e ser compatível com 54 AECs¹⁸ (Mapa 10), agrupadas segundo as datas e origens dos desmembramentos e emancipações das comunidades, de acordo com a legislação disponível. O segundo era a aspiração de que as regiões resultantes guardassem algum significado do ponto de vista geográfico e sócio-econômico. Ora, ambos são, de certo modo, conflitantes, na medida em que não há fatores uniformes e explícitos para justificar desmembramentos municipais, que foi o fator aglutinador das AECs. Portanto, em muitas delas, aparentemente não há o que assegure um significado geográfico.

Considerando essas regiões, embora sintonizando com as assertivas de Duarte (1980) e de Costa (1983) a respeito de região, regionalização e divisão regional, é difícil, talvez impossível, elaborar uma divisão regional que atendesse concomitantemente a essas assertivas e às duas restrições acima impostas, dados os propósitos específicos a que se dirige. Sobretudo o desmembramento municipal como fator aglutinador de municípios em AECs funcionou, “a priori”, como uma séria e rígida restrição. Isso explica, também, porque as divisões regionais anteriormente descritas não puderam ser utilizadas, já que não as incorporaram em sua elaboração.

Foi tomada como pressuposto básico a homogeneidade, uma vez que a polarização, ao refletir a dinâmica da vida regional, tende a ser muito mais instável quando o horizonte de tempo é longo (1940-75). Consideraram-se, além disso, as dificuldades bem maiores para identificar limites regionais em espaços polarizados, ainda mais tendo que se ater à “camisa-de-força” dos limites impostos pelas AECs.

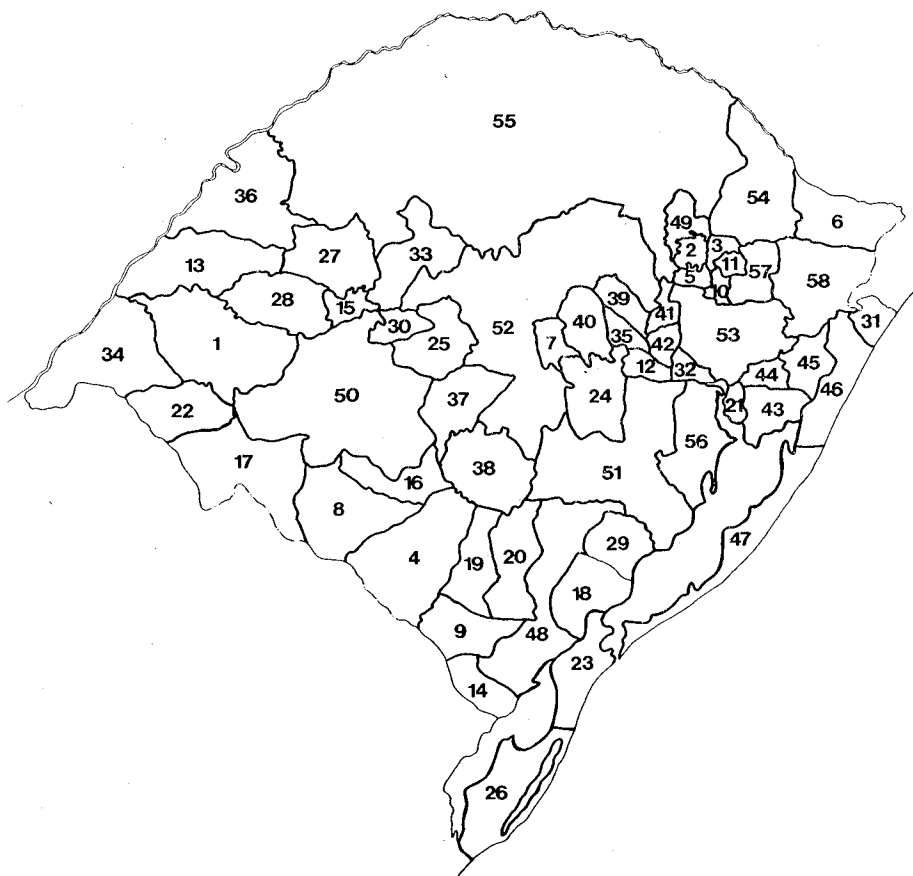
Algumas cautelas básicas foram tomadas ao definir as regiões. Foi tido o cuidado de:

- preservar a sua permanência, tanto quanto possível, ao longo do tempo (35 anos);
- ao invés de realizar novos levantamentos (demorados e onerosos, se bem feitos), valer-se dos já existentes e utilizados em outras divisões regionais.

¹⁸ Estas 54 AECs foram, após acertos e correções realizadas, acrescidas de mais quatro, totalizando 58 AECs.

MAPA 10

ÁREAS ESTATISTICAMENTE COMPARÁVEIS – 1940-1980



FONTE: ALONSO, José A. et alii (1984). Áreas estatisticamente comparáveis no Rio Grande do Sul: 1940/75. Porto Alegre, FEE. (Documento GERPRO, 13, não publicado).

Julgou-se que seriam de valia, contanto que salvaguardassem os traços básicos estruturais e absorvessem, tanto quanto possível, alguns dos elementos modificadores da estrutura geo-sócio-econômica no horizonte de tempo em tela.

Foram selecionadas cinco divisões regionais que se apresentavam, aparentemente, mais constantes no tempo e que, por consequência, continham um maior número de critérios estruturais embutidos.

Primeiro, foi considerado o trabalho de La Sálvia e Marodin, já referido, que doravante se designará simplesmente como a divisão regional baseada na evolução municipal. Na verdade ela contém, pelo menos, três critérios embutidos: a) físico — a vegetação associada ao povoamento; b) econômico — a(s) atividade(s) predominante(s); c) periodização e categorização do desmembramento municipal.

Sendo o Rio Grande do Sul um estado de base econômica assentada no Setor Primário, foram utilizadas duas divisões regionais que contribuíram para a definição das nove regiões de programação e das 27 sub-regiões homogêneas constantes do **Programa de investimentos integrados para o setor agropecuário — 1975**, sendo elas: a divisão regional por estrutura fundiária (Mapa 11); e a regionalização por uso atual dos solos (Mapa 12); não sem antes compará-las ao mapa sócio-econômico para o Setor Primário do INCRA, na escala 1:750.000.

Como o foco se centrava em tentar também aglutinar as 54 AECs¹⁹ de forma a obter um número mais reduzido de “regiões”, procuramos cotejá-las com as 24 microrregiões homogêneas (Mapa 7) e com as mesorregiões (Mapa 8), ambas estabelecidas pelo IBGE que, como já se viu, buscou critérios de organização em torno da produção, obtendo, assim, mais duas divisões regionais.

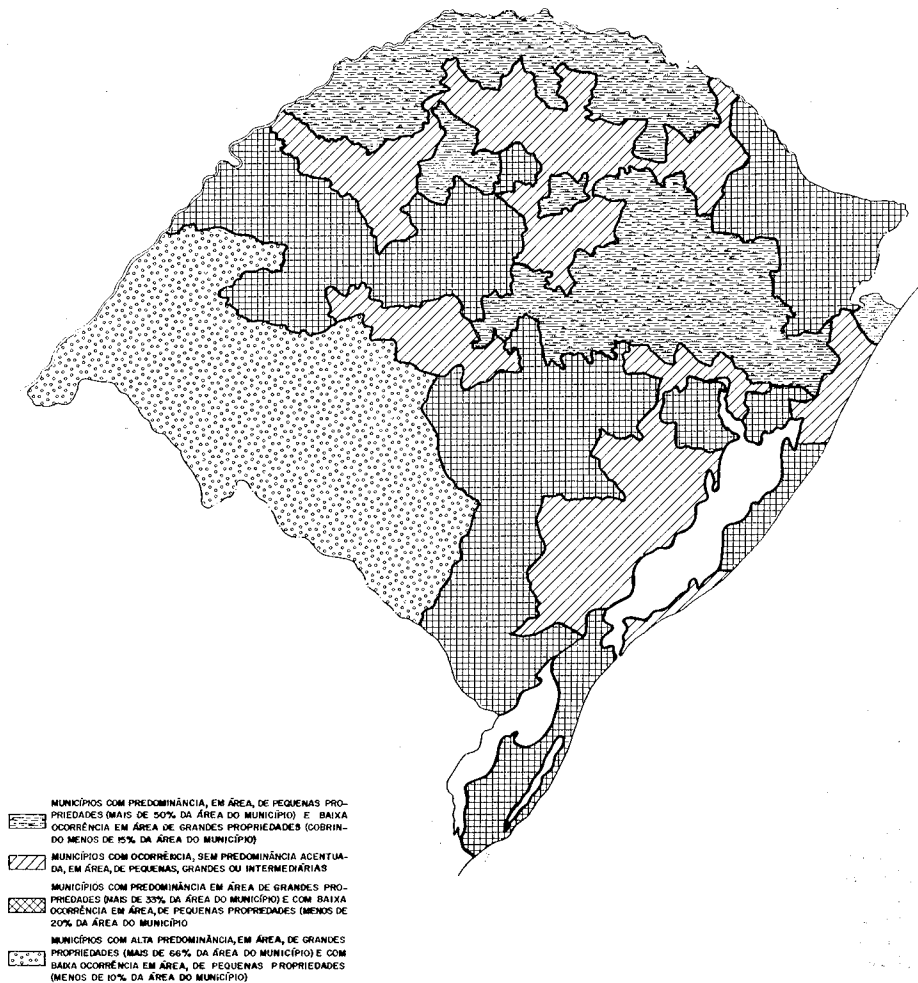
A partir dessas cinco divisões, organizou-se um quadro comparativo com a tipologia e o respectivo número de áreas de cada uma delas, cujo resultado propiciou um cotejo, uma a uma, entre as mesmas e as 54 AECs — representando estas o fator restritivo e limitante. Esses resultados delinearão dois percursos. Primeiro, tentamos reunir todas aquelas áreas contíguas que se apresentassem conforme as demais ou ao maior número das divisões regionais selecionadas. Segundo, procuramos sempre, na medida do possível, considerar a evolução municipal, ou seja, o desenvolvimento de distritos e a formação de municípios no interior das AECs e no das divisões regionais tomadas como fundamento.

Através dessas duas sistemáticas, buscando aglutinar por associações e descartar quando seccionassem as AECs, chegou-se a 17 conjuntos regionais com critérios de aglutinação comuns a quatro, três ou duas divisões regionais, ou ainda, com um conjunto de critérios diversificados, onde um critério de divisão regional foi unanimemente dominante e três secundariamente dominantes.

¹⁹ Lembramos novamente que nessa ocasião eram 54 as AECs. Posteriormente, constatadas algumas incorreções, foram acrescentadas mais quatro, perfazendo o total de 58 AECs.

MAPA II

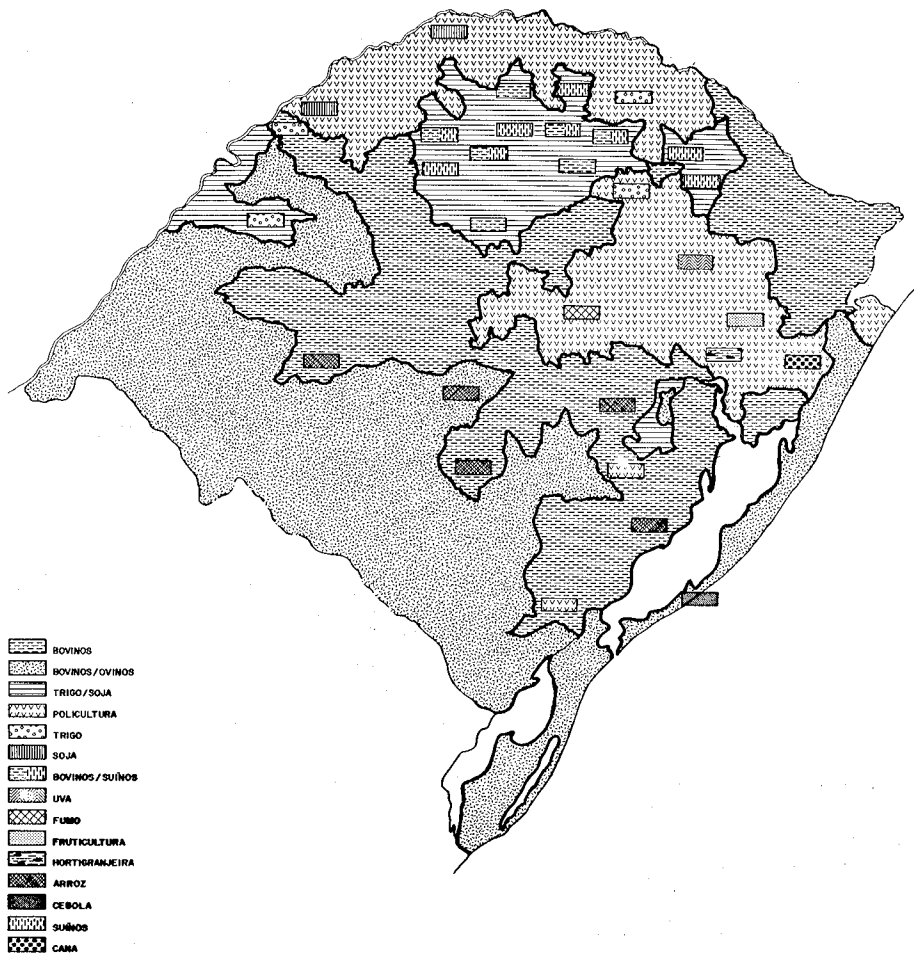
REGIONALIZAÇÃO POR ESTRUTURA FUNDIÁRIA
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO



FONTE: PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO (1976). Atlas de regionalização e zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Pallotti. p.23. (Estudos Básicos, 6).

MAPA 12

REGIONALIZAÇÃO POR USO ATUAL DOS SOLOS



FONTE: PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO (1976). Atlas de regionalização e zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Pallótti. p.25. (Estudos Básicos, 6).

O estabelecimento dos 17 conjuntos regionais, ainda que tenha tentado seguir o grande fator restritivo que é o limite das AECs, em alguns casos não conseguiu este intento, seccionando algumas AECs. Uma descrição detalhada e minuciosa dos procedimentos adotados encontra-se em uma memória técnica, integrando o corpo do projeto de pesquisa. Os 17 conjuntos obtidos foram os seguintes:

- 1 – Conjunto Perimetropolitano e Metropolitano Policultor;
- 2 – Conjunto Perimetropolitano e Metropolitano de Pecuária Bovina;
- 3 – Conjunto Litorâneo;
- 4 – Conjunto Nordeste;
- 5 – Conjunto Colonial da Encosta do Planalto;
- 6 – Conjunto Policultor Vinícola;
- 7 – Conjunto Colonial do Rio Taquari;
- 8 – Conjunto de Trigo/Soja associado à Pecuária Bovina e Suína;
- 9 – Conjunto Policultor do Alto Uruguai;
- 10 – Conjunto de Pecuária Associada a Trigo e soja;
- 11 – Conjunto de Criação de Bovinos com Estrutura Fundiária Indefinida Dominante;
- 12 – Conjunto Fumicultor;
- 13 – Conjunto Sudoeste;
- 14 – Conjunto de Pecuária Associada a Arroz;
- 15 – Conjunto de Transição do Vale do Jacuí;
- 16 – Conjunto Heterogêneo do Sudeste;
- 17 – Conjunto de Pecuária com Estrutura Fundiária Indefinida.

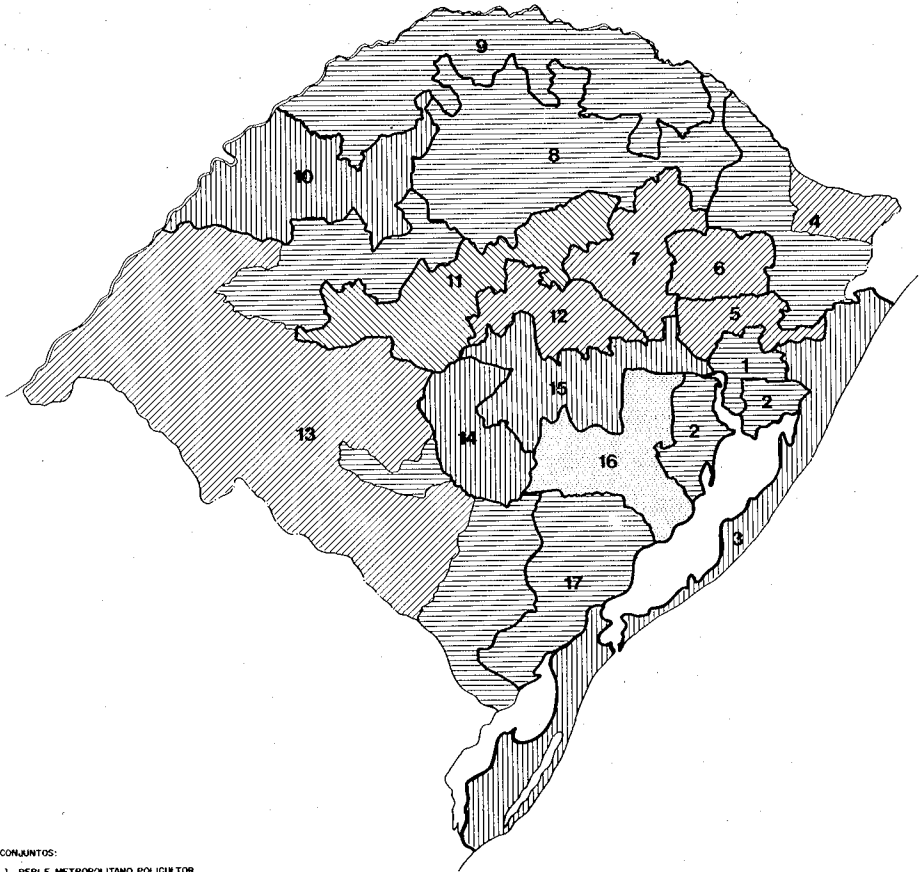
Na mesma memória técnica já mencionada acha-se também uma descrição pormenorizada de cada um desses 17 conjuntos regionais. Estes podem ser visualizados no Mapa 13.

Resta dizer que, como eles ainda não estivessem completamente submetidos às rígidas fronteiras impostas pelas AECs, a equipe do projeto de pesquisa procedeu a mais uma modificação nos conjuntos. Estes 17 conjuntos foram posteriormente englobados, tanto quanto essa restrição exigiu, em sete, sendo que alguns sofreram rearranjos de modo a abranger sempre AECs inteiras, sem seccioná-las em favor de um maior significado para o conjunto, como havia sido feito antes. Para o período 1960-75, essas sete unidades foram subdivididas em 37 subunidades, dando ênfase a alguns centros urbanos importantes, como Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria.

É interessante reiterar que, por todas as razões discutidas ao longo deste artigo, esta divisão regional não tenciona apresentar-se como uma divisão regional aceitável para fins mais gerais do que os propostos. Nem pretende, também, ser mais uma à escolha do investigador ou do planejador.






MAPA 13

CONJUNTOS REGIONAIS



CONJUNTOS:

- 1 - PERI E METROPOLITANO POLICULTOR
- 2 - PERI E METROPOLITANO DE PECUÁRIA BOVINA
- 3 - LITORÂNEO
- 4 - NORDESTE
- 5 - COLONIAL DA ENCOSTA DO PLANALTO
- 6 - POLICULTOR VINÍCOLA
- 7 - COLONIAL DO RIO TAQUARI
- 8 - TRIGO/SOJA ASSOCIADO À PECUÁRIA BOVINA E SUÍNA
- 9 - POLICULTOR DO ALTO URUGUAI
- 10 - PECUÁRIA ASSOCIADA À TRIGO E SOJA
- 11 - CRIAÇÃO DE BOVINOS COM ESTRUTURA FUNDIÁRIA INDEFINIDA DOMINANTE
- 12 - FUMOICULTOR
- 13 - SUDESTE
- 14 - PECUÁRIA ASSOCIADA À ARROZ
- 15 - TRANSIÇÃO DO VALE DO JACUÍ
- 16 - HETEROGÊNEO DO SUDESTE
- 17 - PECUÁRIA COM ESTRUTURA FUNDIÁRIA INDEFINIDA

-  CRITÉRIOS COMUNS A 4 DIVISÕES REGIONAIS
-  CRITÉRIOS COMUNS A 3 DIVISÕES REGIONAIS
-  CRITÉRIOS COMUNS A 2 DIVISÕES REGIONAIS
-  CONJUNTO DE CRITÉRIOS DIVERSIFICADOS
-  1 CRITÉRIO DE DIVISÃO REGIONAL UNANIMAMENTE DOMINANTE E 3 SECUNDARIAMENTE DOMINANTES

MAPA 14

RIO GRANDE DO SUL: UNIDADES E SUBUNIDADES REGIONAIS



Como já se afirmou, ela não aspirou a ser original ou inovadora. Partiu até de outras já existentes visando a atender a um fim específico: os objetivos de uma pesquisa sobre distribuição de renda intra-regional no Rio Grande do Sul. Somente com essa intenção, bem específica e restrita, ela foi concebida. Está pois permeada das limitações e restrições que lhe foram estipuladas aprioristicamente. Naturalmente, além disso, carrega consigo também as limitações metodológicas mais gerais comuns às demais divisões regionais.

4 — Considerações finais

É interessante frisar novamente que cada divisão regional apresentada, antes de ser vista como um produto ultrapassado, deveria ser enfocada como um esforço em espelhar as conquistas metodológicas da época em que foi elaborada, com o conjunto de influências a nível nacional ou além destas fronteiras que pesou sobre os seus elaboradores. Outro aspecto que não deve ser esquecido é o da demanda que esteve muitas vezes implícita na sua finalidade, funcionando como fio condutor e imperativo dos trabalhos. Em outras palavras, uma divisão regional é orientada muito mais pela finalidade e objetivos de sua elaboração do que pela escolha em favor de tais ou quais aspectos metodológicos, ainda que ambos os fatores possam estar interligados. Essa multiplicidade de aspectos explica a classificação empregada para as divisões regionais referentes ao Rio Grande do Sul. Como, na medida do possível, tentou-se observar a ordem cronológica de surgimento das mesmas, elas refletem, em grande parte, as preocupações epistemológicas e metodológicas ou as demandas de sua época. Por esses motivos, não há um critério específico além desse a nortear a classificação aqui assumida das divisões regionais do Rio Grande do Sul.

Além desses aspectos, procuramos deixar para reflexão algumas questões controversas atualmente sobre região, além da diferença explicitada por Duarte entre regionalização e divisão regional, como foi visto na Introdução e discutido no item "Divisões regionais para investigações específicas".

Finalmente, é bom lembrar que pelo menos três problemas metodológicos entrelaçados têm permanecido constantes em qualquer divisão regional oferecida: o problema da temporalidade (o horizonte de tempo abrangido com suas respectivas limitações); o caráter efêmero das divisões regionais, uma vez que a dinâmica regional está sempre se transformando; e a questão dos limites e das nuances e transições nas fronteiras regionais. Tais problemas, longe de respostas rápidas, estão à espera de reflexões mais detidas que possam ser aprofundadas em busca de soluções, se não totalmente satisfatórias, pelo menos contornáveis em futuras investigações.

RELAÇÃO DOS MAPAS

- Mapa 1 – Evolução municipal - Flávia La Sálvia e Elisabeth F. Marodin.
- Mapa 2 – Divisão fisiográfica do Estado (em vigor até 1955) - Amyr Borges Fortes
- Mapa 3 – Regiões fisiográficas - serviço estadual de geografia
- Mapa 4 – Zonas geográficas do Estado do Rio Grande do Sul - Nilo Bernardes
- Mapa 5 – Povoamento - Carmem Thomas
- Mapa 6 – Microrregiões homogêneas do Rio Grande do Sul - FIBGE
- Mapa 7 – Zonas homogêneas - Gervásio R. Neves e Vânia A. Abrantes
- Mapa 8 – Mesorregiões e microrregiões - FIBGE
- Mapa 9 – RS: uma proposta de regionalização - Rogério H. Costa
- Mapa 10 – Áreas Estatisticamente Comparáveis – 1940-1980 – AECs
- Mapa 11 – Regionalização por estrutura fundiária: programa de investimentos integrados para o setor agropecuário
- Mapa 12 – Regionalização por uso atual dos solos
- Mapa 13 – Conjuntos regionais
- Mapa 14 – Rio Grande do Sul: unidades e subunidades regionais

BIBLIOGRAFIA

Obras consultadas

- 1 – ALONSO, José Antonio; VALENTE, Patrícia Gontijo; BANDEIRA, Pedro e MESQUITA, Zilá. (1984). **Áreas estatisticamente comparáveis no Rio Grande do Sul: 1940/75.** (Documento GERPRO, 13, não publicado).
- 2 – ARAÚJO, Ladislau Coussirat de (1930). **Memória sobre o clima do Rio Grande do Sul:** subdivisão do Rio Grande do Sul em regiões climatológicas. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
- 3 – BARLÉM, Jayme Chaves (1961). **Delimitação das fronteiras das zonas de produção primária e secundária do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, URGs/IEPE. (Estudos e Trabalhos, 7).

- 4 – BERNARDES, Nilo (1963 a). Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, 21(171):587-620.
- 5 – _____. (1963 b). Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, 21(172):4-29.
- 6 – BOUDOU, Jean Louis (1982). Esboço de uma nova divisão regional do Espírito Santo. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre. v. 1.
- 7 – COSTA, Rogério Haesbaert da (1983). Rio Grande do Sul: uma proposta de regionalização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, Associação de Geógrafos Brasileiros, (10/11):5-9.
- 8 – DUARTE, Aluizio Capdeville (1980). Regionalização-considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, s.ed., 10(20):5-32.
- 9 – FELIZARDO, Júlia Netto (1969). **Evolução administrativa do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IGRA.
- 10 – FONSECA, Pedro C. Dutra (1983). **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Documento, 18).
- 11 – FORTES, Amyr Borges (1959). Zonas fisiográficas. In: _____. **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.
- 12 – FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B. S. (1963). **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo. 497p.
- 13 – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1968). **Subsídios à regionalização**. Rio de Janeiro.
- 14 – _____. (1970). **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas – 1968**. Rio de Janeiro.
- 15 – _____. (1980). **Divisão territorial do Brasil: relação de municípios e distritos em 1.1.1979; apêndice com atualização até 31.12.1979**. 9. ed. Rio de Janeiro.
- 16 – GERM (1973). **Delimitação da área metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre.
- 17 – GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares (1963). Observações sobre o problema da divisão regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 25(3):289-312, jul./set.
- 18 – HESSEL, José Ribeiro (1976). **Criação de municípios no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, FGV.
- 19 – INCRA (1973). **Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul**. Brasília. v. 1.

- 20 – LA SÁLVIA, Flávia & MARODIN, Elizabeth F. (1976). Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, CEMAPA, 21(19):3-16, jan./dez.
- 21 – MEDEIROS, Laudelino T. (1959). **O processo de urbanização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, URGs/Faculdade de Filosofia. (Estudos Sociais, 1).
- 22 – MOREIRA, Igor & COSTA, Rogério H. (1982). O Rio Grande urbano e uma proposta de regionalização. In: _____. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Revisão, 10)
- 23 – MORENO, José Alberto et alii (1975). **Regionalização do espaço agrícola no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, CEMAPA. 40p.
- 24 – NEVES, Gervásio Rodrigo (1971). Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, 30(222):19-50, maio/jun.
- 25 – NEVES, Gervásio Rodrigo & ABRANTES, Vânia A. (1967). Regiões polarizadas e homogêneas. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, 26(198):27-40, maio/jun.
- 26 – NOGUEIRA, Paulo de Castro (1948). Regiões fisiográficas do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, 6(64):338-46, jul.
- 27 – PACHECO, Maria Fagundes de Souza Docca (1956). Divisão Regional do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, CEMAPA, 1(4):7-17, maio/jun.
- 28 – PEREIRA, José Baptista (1943). Contribuição ao estudo do Plano Rodoviário Rio-Grandense. **Boletim do DAER**, Porto Alegre, 5(18):5-32, jan.
- 29 – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO (1976). **Atlas de regionalização e zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Pallotti. (Estudos Básicos, 6).
- 30 – _____. (1975). **Regionalização agrícola**. Porto Alegre, Pallotti. (Estudos Básicos, 1)
- 31 – RAMBO, Balduino (1956). **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, Selbach. v. 6. (Jesuítas no Sul do Brasil).
- 32 – RIO GRANDE DO SUL. Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (1940). Relatório das atividades do DAER no ano de 1939, apresentado pelo Sr. Eng. Diretor Geral do Conselho Rodoviário. **Boletim do DAER**, Porto Alegre, 2(7):5-17, maio.
- 33 – RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (1974). **Regionalização: proposição de organização territorial**. Porto Alegre.

- 34 – ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I e II**. Porto Alegre, Globo.
- 35 – THOFERN, Hans A. CURTIS, Maria Luiza Lessa de; MORENO, José Alberto (1959). Divisão territorial do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, CEMAPA, 4(9/10):75-101, jan./dez.
- 36 – THOMAS, Carmem (1976), Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, CEMAPA, 21(19):17-27, jan./dez.
- 37 – VALVERDE, Orlando (1957). **Planalto meridional do Brasil**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 340p.
- 38 – WILLADINO, Gildo (1959). Municipalização no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, CEMAPA, 4(9/10), jan./dez.

Obras referenciadas

- 1 – ALRUTZ, Franz (s.d.). **Regiões agrárias do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Conselho de Desenvolvimento do Estado.
- 2 – _____. (1965). **I Esquema de zoneamento agrário do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Conselho de Desenvolvimento do Estado.
- 3 – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1972-75 (1977). Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- 4 – BECKER, Bertha K. (1972). Crescimento econômico e estrutural espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 34(4):101-16, out./dez.
- 5 – BERNARDES, Nilo (1952). A colonização européia no sul do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, (109):442-48, jul./ago.
- 6 – _____. (1952). A colonização européia no sul do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, (106):89-102, jan./fev.
- 7 – CALDAS, Jaci Louzada Tupi (1942). **As regiões naturais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.
- 8 – CARVALHO, Delgado de (1925). **Metodologia do ensino geográfico**. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- 9 – CRIVELA, Gilberto (1966). **Uso da terra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IGRA. (Mapa).
- 10 – FAISSOL, Speridião, org. (1975). **Urbanização e regionalização – relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE. (Textos Básicos).

- 11 – FOLKE, Steen (1978). **Primeiras reflexões sobre a geografia do imperialismo**. São Paulo, AGB. (Seleção de Textos, 5).
- 12 – GEIGER, Pedro Pinchas (1970). Divisão regional e problema regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 32(2):155-68, abr./jun.
- 13 – GRIGG, David (1974). **Regiões, modelos e classes**. In: _____. Modelos integrados em geografia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/EDUSP.
- 14 – GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares (1941). Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 3(2):137-9, abr./jun.
- 15 – HARNECKER, Marta (1978). **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo, Global.
- 16 – LABASSE, Jean (1966). **L'Organization de l'espace**. Paris, Hermann. 432p.
- 17 – LERINA, Ada Silva Piccoli (1982). **Notas para estudo do conceito de região**. Porto Alegre, UFRGS/PROPUR.
- 18 – MONTEIRO, Antonio Carlos (1966). **Evolução da área de lavoura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IGRA.
- 19 – MORENO, José Alberto (1965). **Atuais regiões agropastoris do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IGRA.
- 20 – NEVES, Gervásio Rodrigo (1966). **Zoneamento da lavoura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IGRA. (Mapa).
- 21 – OLIVEIRA, Francisco de (1981). **Elegia para uma re(li)gião – SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 22 – PALOMAK, Mauri (1964). The functional centers and areas of South Bothnia-Finland. **Fennia**, 88(1):1-235.
- 23 – SAGMACS. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (1958). **Problemas de desenvolvimento – necessidades e possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná**. São Paulo. 3v.
- 24 – SANTOS, Milton (1979). **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 345p.
- 25 – _____. (1980). **Por uma geografia nova**. 2. ed. São Paulo, Hucitec.
- 26 – _____. (1982). **Espaço e sociedade (ensaios)**. 2. ed. Petrópolis, Vozes. 152p.
- 27 – SUDESUL; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; SERFHAU; UFRGS (1969). **Política de desenvolvimento urbano**. Porto Alegre, 5v.
- 28 – TOLOSA, Hamilton C. (1972). Polos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo R., ed. **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. (Monografias, 8).
- 29 – VILLENEUVE, Paul Y. (1981). **Classes sociais, regiões e acumulação de capital**. São Paulo, AGB. (Seleção de Textos, 8).

30. — WAIBEL, Leo (1949). Princípios de colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 11(2):159-222, abr./jun.
31. — _____. (1950). O que aprendi no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 12(3):419-28, jul./set.